

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

STELLA PATERSON DE CARVALHO PONTES

A INCORPORAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE PELAS UNIVERSIDADES:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PUC-SP E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

São Paulo

2023

STELLA PATERSON DE CARVALHO PONTES

A incorporação da sustentabilidade pelas universidades: um estudo de caso sobre a PUC-SP e sua contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador: Prof. Dr. Laerte Apolinário Júnior

São Paulo

2023

A Deus, razão da minha existência e alvo da minha fé. Minha origem e destino, Aquele que era, é e há de vir. A Ele dedico não apenas este trabalho, mas toda a minha vida. A Ele sejam a honra, a glória e o poder para sempre. Amém!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Laerte, que contribuiu para a tomada de um novo rumo à proposta original deste trabalho ao me propor os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como agenda de pesquisa, a qual pretendo seguir num futuro próximo.

À professora Terra Friedrich Budini, que orientou a pesquisa de Iniciação Científica que deu origem a este trabalho. Seu convite à participação no projeto temático e seus *insights* durante nossas conversas foram enriquecedores.

À professora Claudia Alvarenga Marconi, que me apresentou a ferramenta *SDG Mapper*. Sem tal conhecimento, o trabalho em seus moldes atuais seria impossibilitado.

À professora Claudia Mac-lean, por aceitar o convite de se encontrar com uma estudante desconhecida para discutir assuntos relacionados à incorporação da sustentabilidade pelas universidades. Seus comentários, baseados na sua experiência de mais de dez anos no tema, foram valiosos para as recomendações deste trabalho.

RESUMO

Diante da descoberta da incompatibilidade entre os modos de vida e produção humanos atuais e a preservação dos recursos naturais, a sustentabilidade tem sido tema de intensa discussão internacional nas últimas décadas, desde a elaboração do Relatório Brundtland até a atual Agenda 2030. Em resposta às pressões impostas por tal cenário, muitas universidades ao redor do mundo passaram a investir em pesquisas e projetos sustentáveis, assim como a adotar a sustentabilidade como diretriz na gestão de seus *campi*. Em vista desse quadro, a presente pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) tem incorporado (ou não) a sustentabilidade e como tem contribuído para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)? Para tal, a metodologia utilizada consiste em um estudo de caso com base em múltiplas fontes de investigação. Parte-se da análise da bibliografia a respeito da evolução da agenda da sustentabilidade e da sua incorporação pelo ensino superior. Em seguida, são examinados os documentos institucionais que regem a PUC-SP, isto é, seu Estatuto, Regimento Geral, e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2020-2024; bem como o site institucional da universidade e seu Portal de Revistas. Por fim, utiliza-se a ferramenta *SDG Mapper* a fim de mapear a contribuição da PUC-SP para os ODS. Verificou-se que a PUC-SP incorpora a sustentabilidade a partir dos eixos de ensino, produção de pesquisas e extensão, e possui interesse pela causa da sustentabilidade, que foi incorporada como uma nova dimensão do planejamento institucional para 2020-2024. Constatou-se ainda que a universidade contribui para 10 dos 17 ODS, sendo o ODS 4 (Educação de Qualidade) o de maior relevância. Conclui-se que, apesar da incipiência de práticas sustentáveis nos seus *campi*, a PUC-SP acrescenta valor às discussões na temática de forma singular em razão do destaque que direciona à dimensão social da sustentabilidade, reconhecendo uma busca holística pelo desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Universidades. PUC-SP.

ABSTRACT

In the face of the discovery that current human ways of living and producing are incompatible with the preservation of natural resources, sustainability has been a topic of intense international discussion in recent decades, since the elaboration of the Brundtland Report until the current 2030 Agenda. In response to the pressure posed by this scenario, many universities around the world have started investing in sustainable research and projects, as well as adopting sustainability as a guideline for the management of their campuses. In view of this situation, this research aims to answer the following question: how has the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP) been incorporating sustainability (or not) and how has it been contributing to the Sustainable Development Goals (SDGs)? To this end, the methodology used consists of a case study based on multiple sources of investigation. It starts with a bibliographic analysis about the evolution of the sustainability agenda and its incorporation by higher education. It then examines the institutional documents which govern PUC-SP, that is, its Statute, General Regulations and Institutional Development Plan (IDP) for the 2020-2024 term; as well as the university's website and Journals Library. Lastly, it utilizes the SDG Mapper tool to map PUC's contribution to the SDGs. It was found that PUC-SP incorporates sustainability as a feature in teaching, research production and extension, and that its interest in the cause of sustainability has been incorporated as a new dimension of institutional planning for 2020-2024. It was also ascertained that the university contributes to 10 of the 17 SDGs, with SDG 4 (Quality Education) being the most relevant. In conclusion, although the sustainable practices on its campuses are still in their incipiency, PUC-SP adds value to the discussions of the theme in a unique way due to the significance it gives to the social dimension of sustainability, recognizing a holistic pursuit of sustainable development.

Keywords: Sustainability. Sustainable Development Goals (SDGs). Universities. PUC-SP.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	13
Quadro 1 – Cursos de extensão relacionados à sustentabilidade.....	25
Quadro 2 – Dimensões de incorporação da sustentabilidade presentes no PDI 2020-2024.....	30
Quadro 3 – A incorporação da sustentabilidade pela PUC-SP.....	32
Gráfico 1 – Relevância dos ODS no Estatuto da PUC-SP.....	36
Gráfico 2 – Relevância dos ODS no Regimento Geral da PUC-SP.....	38
Gráfico 3 – Relevância dos ODS no PDI 2020-2024 da PUC-SP.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A EVOLUÇÃO DA TEMÁTICA AMBIENTAL: DE BRUNDTLAND À AGENDA 2030	10
2 A INCORPORAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE PELO ENSINO SUPERIOR: ENTRE DESAFIOS E CAMINHOS NO CONTEXTO BRASILEIRO	16
3 O ESTUDO DE CASO SOBRE A PUC-SP	23
3.1 PUC-SP: uma introdução	23
3.2 A incorporação da sustentabilidade pela PUC-SP: ensino, produção de pesquisas, extensão à comunidade, vivência no campus Perdizes e gestão institucional	25
3.3 A contribuição da PUC-SP para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma análise de suas políticas com o auxílio da ferramenta <i>SDG Mapper</i>	34
3.3.1 A ferramenta <i>SDG Mapper</i> e sua metodologia	34
3.3.2 A anexação do Estatuto da PUC-SP ao <i>SDG Mapper</i>	35
3.3.3 A anexação do Regimento Geral da PUC-SP ao <i>SDG Mapper</i>	37
3.3.4 A anexação do PDI 2020-2024 da PUC-SP ao <i>SDG Mapper</i>	39
3.3.5 Discussão dos resultados	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE A – Entrevista com Claudia Mac-Lean	61
APÊNDICE B – Quadro 1	67
APÊNDICE C – Quadro 3	68

INTRODUÇÃO

O lar da espécie humana se vê em chamas¹. O aumento dramático no consumo dos recursos naturais da Terra, como o ar, os solos, as águas, a fauna e a flora, combinado à poluição em larga escala, têm gerado a perda de espécies e ecossistemas, bem como mudanças climáticas como a elevação da temperatura média global do planeta, o aumento do nível dos oceanos, e a ocorrência frequente de fenômenos como a desertificação e as queimadas. O problema mais grave, entretanto, consiste no encurtamento do compasso de tempo entre a produção de danos ambientais e o período necessário para remediar essas ameaças a nível global.

De fato, a sociedade humana tem alterado de forma tão significativa a biosfera que tem se transformado em um verdadeiro agente geológico (Claudino-Sales, 2020, p. 213). Porém, conforme Haas e Speth (2006, p. 2), as pessoas não iniciam seu dia com a intenção de causar danos ambientais, mas simplesmente agem visando recompensas imediatas e gratificantes, sem pensar nos custos dessas decisões. A explicação para isso é que seu estilo de vida encontra suas raízes mais profundas na naturalização da separação entre humanidade e natureza a partir do capitalismo (Moore, 2017, p. 7), com profundas implicações para a vida na Terra.

Em vista dessa realidade, há um amplo escopo para tratar da sustentabilidade, a qual pode ser examinada a partir das perspectivas global, nacional e local, com seus múltiplos atores e interesses distintos. Nesse sentido, a necessidade de prestar contas ou de se posicionar publicamente sobre a agenda da sustentabilidade, adotando como parâmetro os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tornou-se algo recorrente não apenas para governos, mas para atores privados, atores da sociedade civil e universidades. A respeito destas últimas, pode-se dizer que o ensino superior tem uma posição única na sociedade para contribuir para o desenvolvimento sustentável, por meio do ensino e da pesquisa, da influência sobre funcionários e alunos, de suas operações comerciais e da sustentabilidade de seus *campi* (HEFCE, 2013, p. 2).

Tendo isso em consideração e adotando as universidades como unidade de análise, a presente pesquisa possui como objeto de estudo a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com o objetivo de compreender como ela se situa em relação à sustentabilidade. Em primeiro lugar, a motivação inicial para a pesquisa foi a ausência de práticas sustentáveis observáveis no campus universitário, bem como a carência de informações fornecidas ao

¹ Ou “Nossa casa está pegando fogo”, como anunciou Greta Thunberg no Fórum Econômico Mundial, em 25 de janeiro de 2019, em Davos, Suíça.

público pela PUC-SP sobre sua atuação em prol desse fim, em consonância com a realidade da maioria das universidades brasileiras. Em segundo lugar, a escolha temática da presente pesquisa justifica-se como uma resposta à crescente importância que a sustentabilidade tem adquirido no cenário internacional, principalmente no contexto da Agenda 2030, demonstrando indícios de se apresentar de forma cada vez mais contundente nos debates acadêmicos.

Para realizar tal investigação, parte-se de uma revisão de literatura sobre a evolução da agenda ambiental no plano internacional, desde seu marco inicial com a Conferência de Estocolmo até a atual Agenda 2030, a fim de situar o objeto de estudo em um contexto mais amplo e auxiliar a compreensão da realidade universitária investigada. Em sequência, é feita uma análise da literatura sobre a incorporação da sustentabilidade pelas universidades, de modo a caracterizar o processo de construção de políticas e ações para esse fim, bem como os seus desafios intrínsecos, e a situar o contexto brasileiro. O resultado desses exercícios constitui as duas primeiras seções do presente trabalho.

A terceira seção, por sua vez, consiste em estudo de caso da PUC-SP. Para tal, em primeiro lugar, são examinados os documentos institucionais da universidade, ou seja, o Estatuto, o Regimento Geral, e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2020 a 2024, para mapear a presença ou ausência da incorporação de políticas de sustentabilidade pela universidade, bem como são investigados seu website e Portal de Revistas, a fim de verificar a contribuição de pesquisas na temática ambiental por parte da universidade. Em seguida, a partir da plataforma *Know SDGs*, os documentos institucionais que regem a universidade são submetidos à ferramenta *SDG Mapper* a fim de averiguar a contribuição da PUC-SP para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por fim, são apresentadas as conclusões do trabalho.

1 A EVOLUÇÃO DA TEMÁTICA AMBIENTAL: DE BRUNDTLAND À AGENDA 2030

Sob o prisma das Relações Internacionais, o meio ambiente é um tema cada vez mais estudado, pois as soluções dos problemas enfrentados requerem ação coletiva que ultrapassa fronteiras nacionais. Conforme Ribeiro (2001, p. 145), até o final da Segunda Guerra Mundial, as poucas relações internacionais na esfera ambiental refletiam a supremacia política dos países imperialistas europeus, havendo poucos tratados internacionais, como a convenção para disciplinar e conter a atividade de caça indiscriminada nas colônias do continente africano. Durante o período da Guerra Fria, o autor mostra que os tratados e acordos, bem como a própria Organização das Nações Unidas (ONU), refletiam as condições desse contexto político, como ilustra a assinatura do Tratado Antártico, o qual possibilitava a instalação de bases científicas no continente por parte das duas superpotências (Ribeiro, 2001, p. 146).

Nesse período, a conscientização acerca da temática ambiental era influenciada principalmente por comunidades epistêmicas, que proviam evidências sobre os impactos ao meio ambiente causados pela ação humana; e por atores não governamentais, principalmente civis que manifestavam suas preocupações na forma de protestos em favor do meio ambiente. Exemplos notáveis são as manifestações ocorridas após a explosão de bombas em Hiroshima e Nagasaki e o desastre ecológico da Baía de Minamata, responsável por causar envenenamento por mercúrio na população japonesa da região.

O primeiro grande marco da eclosão mundial da preocupação ambiental, por sua vez, foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 e convocada pela Suécia quatro anos antes, a qual reuniu representantes de 113 nações para discutir os problemas ambientais. Embora não tenha gerado um acordo específico, teve como desdobramentos: a elaboração da Declaração de Estocolmo, que, com seus 19 princípios, estabeleceu as bases para a nova agenda ambiental do Sistema das Nações Unidas; e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), órgão que coordena os trabalhos da organização na temática.

Ademais, embora a ênfase principal da Conferência fosse a ação, ela também deu importância ao fornecimento de informações e à educação da humanidade sobre a natureza, necessários para haver a conscientização pública sobre o tema e, portanto, uma ação eficaz. Nesse sentido, Estocolmo também marcou o início de um aumento explosivo de ONGs

(Organizações Não Governamentais) e OIGs (Organizações Intergovernamentais) dedicadas à preservação ambiental, as quais são atores importantes da política ambiental global além dos Estados, bem como a opinião pública (Chasek; Downie; Brown, 2017, p. 13).

Nesse seguimento, em 1982 foi realizada uma avaliação dos dez anos pós-Estocolmo sob os auspícios do PNUMA, em Nairóbi e, desse encontro, foi solicitada a formação de uma Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), implementada em 1983 (Brasil, 2002). Em 1987 a Comissão publicou o relatório “Nosso Futuro Comum” – também conhecido como “Relatório Brundtland”, em referência à presidente da comissão – que pela primeira vez trouxe o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público, definido como: “aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Por sua vez, vinte anos após a Conferência de Estocolmo foi realizada a segunda conferência do sistema ONU: a Rio-92, também conhecida como Cúpula da Terra. A partir dela foram criadas a Agenda 21, um programa de ação em que os 179 Estados participantes se comprometeram a promover o desenvolvimento sustentável, e a Declaração do Rio, um conjunto de 27 princípios norteadores da interação dos seres humanos com o planeta. Vale destaque o fato de que a Agenda não se deteve à defesa da proteção e boa gestão dos recursos naturais, mas incorporou também as dimensões econômica e humana, reconhecendo o combate à pobreza e a mudança de padrões de consumo como elementos integrados ao desenvolvimento sustentável (Agenda 21, 1995).

Nesse âmbito, é cabível mencionar que se tornou clara a clivagem entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, uma vez que a Agenda 21 propunha o financiamento oficial para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos pelos países desenvolvidos, assentado no princípio de que uma política voltada para o desenvolvimento sustentável deveria considerar devidamente aqueles que dependem dos recursos para sua sobrevivência (Agenda 21, 1995, p. 27). Todavia, houve pouca mobilização política para o repasse de recursos, obtendo-se pouco mais de US\$15 bilhões do total (Ribeiro, 2001, p. 128), previsto em US\$30 bilhões para esse programa (Agenda 21, 1995, p. 32).

Por outro lado, destaca-se como ponto positivo o reconhecimento pelo documento da importância da participação da sociedade civil e das comunidades locais (povos sem organização estatal que representam formas alternativas da reprodução da vida humana) para as relações ambientais mundiais (Ribeiro, 2001, p. 127-128), recomendando o fortalecimento

do papel desempenhado pelos grandes grupos – mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças e jovens, povos indígenas, comunidade científica, autoridades locais, empresas, indústrias e ONGs – para alcançar o desenvolvimento sustentável (Nações Unidas Brasil, 2020). Por fim, defendeu mecanismos de cooperação internacional voltados à capacitação nos países em desenvolvimento e à promoção da ciência e da educação para o desenvolvimento sustentável, envolvendo conscientização pública e treinamento (Agenda 21, 1995, p. 429).

A Rio-92 também teve como implicações a criação da Declaração de Princípios sobre Florestas, e de duas convenções, uma sobre mudanças climáticas e outra sobre biodiversidade, a partir das quais esses temas passaram a ser discutidos em fóruns específicos. Assim, a Cúpula da Terra lançou uma expansão significativa da política ambiental internacional e dos regimes de tratados, pois nos vinte e cinco anos seguintes foram criados ou fortalecidos convenções, protocolos e acordos políticos nos mais diversos subtemas da área ambiental (Chasek; Downie; Brown, 2017, p. 18).

A fim de monitorar a implementação da Agenda 21, na mesma Conferência foi acordada a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), a qual, após sua implementação, “promoveu um avançado sistema de parcerias entre as ONGs e as Nações Unidas e estimulou, em vários países, a criação de comissões de desenvolvimento sustentável e a definição de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável” (Brasil, 2002, n. p.).

Em sequência, outras duas conferências internacionais na temática foram realizadas: a Cúpula do Milênio, em 2000, a partir da qual foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), e a Rio+10 ou Cúpula de Joanesburgo, em 2002, “uma Cúpula de ‘implementação’, concebida para transformar as metas, promessas e compromissos da Agenda 21 em ações concretas e tangíveis” (Nações Unidas Brasil, 2020). Os oito ODM para o período compreendido entre 2000 e 2015 eram: erradicar a pobreza extrema e a fome, alcançar educação primária universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental, e estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento (Nações Unidas Brasil, 2010).

Por sua vez, a mencionada sustentabilidade ambiental envolvia: “alcançar padrões de desenvolvimento sustentável e preservar a capacidade produtiva dos ecossistemas naturais para as gerações futuras” (PNUD, 2003). Assim, os ODM puderam integrar os compromissos assumidos nas conferências internacionais da década de 90 numa agenda global para o desenvolvimento com metas, prazos e indicadores de medição. Entretanto, em vista de sua

dificuldade de implementação, os compromissos tiveram poucos avanços. A Cúpula de Joanesburgo, então, visava identificar as razões pelas quais se havia avançado tão pouco na implementação desses compromissos e identificar medidas que pudessem ser tomadas com o objetivo de viabilizar a sua realização (Brasil, 2002).

Outrossim, a ONU também lançou a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), em reconhecimento da função da educação em prover os valores, atitudes, capacidades e comportamentos essenciais exigidos para um futuro sustentável (UNESCO, 2005, p. 10) e admitindo o *triple bottom line* da sustentabilidade para delinear suas três áreas principais, isto é, sociedade, meio ambiente e economia (UNESCO, 2005, p. 18).

Em continuidade ao desenvolvimento da temática, em 2012 se deu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, denominada Rio+20 por ter ocorrido vinte anos após a Rio-92, a qual resultou no documento *The future we want*. Na resolução, os Estados membros renovaram seu compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas cúpulas anteriores (Brasil, 2012).

O resultado de tal declaração se deu três anos depois, com a implementação da Agenda 2030 em 2015. Almejando a construção de sociedades sustentáveis, pacíficas, justas, inclusivas e prósperas, o plano universal acordado inclui 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com suas 169 metas, a serem atingidas nos próximos quinze anos, e 232 indicadores para mensurá-las. Assim, são estimuladas ações em direção à erradicação da pobreza e da fome, à promoção da saúde e da educação de qualidade, à redução das desigualdades, e à proteção do meio ambiente, bem como a formação de parcerias para mobilizar os meios necessários para implementar essa Agenda (Nações Unidas Brasil, 2015), expressa na Figura 1.

Figura 1 – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Nações Unidas Brasil, c2023a.

Para além das discussões ocorridas no âmbito dos Estados, outro ator relevante na evolução da temática ambiental é o setor privado, o qual, até mesmo antes da Agenda 2030, adquirira agência relevante na incorporação do termo “desenvolvimento sustentável” aos seus negócios. Nesse sentido, a medição da performance corporativa passou a ser estimulada levando em consideração o *triple bottom line*, um termo cunhado por Elkington (1997) que ganhou notoriedade mundialmente por elencar as dimensões social, econômica e ambiental da sustentabilidade. Nessa perspectiva, as empresas são encorajadas a adotarem práticas de prestação de contas por meio de contabilidade, auditoria e relatórios, em conformidade com o tripé, tendo em vista questões éticas e de justiça ambiental.

Outrossim, as empresas também são incentivadas pela ONU a adotarem práticas “ESG” (*Environmental, Social and Governance*), isto é, ambientais, sociais e de governança. O termo foi citado pela primeira vez no relatório *Who Cares Wins*, de 2004, segundo o qual as empresas devem liderar o caminho em direção à implementação de políticas alinhadas a esses princípios, fornecendo informações e relatórios sobre seu desempenho em um formato mais consistente e padronizado (Global Compact, 2004). A esse respeito, perspectivas críticas apontam uma incoerência: a incorporação do desenvolvimento sustentável não poderia ocorrer dentro do capitalismo, já que não existem recursos naturais para prover a base material de uma sociedade que tem esse modo de vida na escala da totalidade da população humana na Terra (Ribeiro, 2010, p. 74).

Sob essa visão, o setor corporativo estaria mobilizando os ODS com o objetivo de desviar a atenção da emergência da crise ecológica que põe em risco a produção e o consumo capitalistas como um todo (Sklair, 2019, p. 300). Desse modo, apesar de muitas empresas adotarem práticas incompatíveis com a sustentabilidade, tiram proveito das disseminadas práticas “ESG” como pretexto para atração de investimentos – fenômeno conhecido como *greenwashing* –, tornando-se alvo de críticas por ativistas e organizações da sociedade civil em razão da falta de clareza sobre seus critérios e de sua utilização como estratégia de marketing.

Em vista dessa trajetória histórica, torna-se claro que há uma pluralidade de interpretações em torno de termos como “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade”, entre outros similares, os quais são apropriados por diferentes grupos conforme seus interesses e necessidades. Diante da contradição entre, de um lado, a aceitação universal de “desenvolvimento sustentável” e, de outro, o problema da sua definição e operacionalização, Nobre e Amazonas (2002) defendem que o conceito se tornou aceito justamente por reunir sob si posições teóricas e políticas conflitantes entre si. Segundo os autores, “a noção de DS é o carro-chefe de uma estratégia de *institucionalização* da problemática ambiental” (Nobre; Amazonas, 2002, p. 8, grifo dos autores), a qual teve início com o Relatório Brundtland (Sklair, 2019, p. 300).

Não se pretendeu, nesta seção, apresentar a definição mais adequada do termo, tampouco discutir os problemas advindos de suas imprecisões, mas circunscrever o tema da sustentabilidade em termos de sua construção internacional, a qual levou atores das mais diversas naturezas a se engajarem na temática ambiental. Assim, tem-se que, embora não haja um consenso em torno dos conceitos “desenvolvimento sustentável” ou “sustentabilidade”, a ampla utilização dos ODS demonstra a interrelação entre instituições, atores e mecanismos, nos níveis local, nacional, regional e internacional, unidos na tentativa de gerenciamento de problemas complexos de dimensão global que afetam o meio ambiente, o que contribui para um senso de responsabilidade compartilhada.

Nesse cenário, a necessidade de prestar contas ou de se posicionar publicamente sobre a agenda da sustentabilidade, adotando como parâmetro os ODS, tem sido algo recorrente para atores públicos e privados, atores da sociedade civil e universidades. Dada a importância atribuída ao ensino para a promoção do desenvolvimento sustentável, reconhecida desde a Cúpula da Terra e consolidada ao longo da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, a próxima seção se dedica a tratar da incorporação da sustentabilidade no âmbito do ensino superior.

2 A INCORPORAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE PELO ENSINO SUPERIOR: ENTRE DESAFIOS E CAMINHOS NO CONTEXTO BRASILEIRO

A princípio, reconhece-se que o ensino superior ocupa uma posição privilegiada para impulsionar mudanças globais, uma vez que é um empreendimento global que opera de forma colaborativa por meio da troca de ideias, alunos e funcionários (HEFCE, 2013, p. 7). No que se refere à questão ambiental, a trajetória histórica do ensino superior e a questão ambiental no âmbito internacional data da década de 1990, quando representantes de diversas universidades ao redor do mundo assinaram declarações que reconhecem o papel das IES no processo de construção de políticas e ações para a temática, como a Declaração de Taillores, a Declaração de Halifax, a Declaração de Swansea e a Declaração de Kyoto (Brandli; Tauchen, 2006; Rohrich; Takahashi, 2019).

Assim, desde então, cada vez mais Instituições de Ensino Superior (IES) têm reconhecido seu papel em educar futuros líderes sociais, tomadores de decisão e intelectuais para que sejam conscientes de seus próprios impactos socioambientais. Para além disso, muitas têm reconhecido que elas próprias deveriam ser organizações que praticam a sustentabilidade em suas atividades, operações físicas e serviços (Ferrer-Balas *et al.*, 2010; Otero, 2010, p. 14). Nesse aspecto, dentro da literatura acadêmica sobre a temática, a conceituação de Velazquez *et al.* tornou-se referência, definindo uma universidade sustentável como:

Uma instituição de ensino superior, como um todo ou como parte, que aborda, envolve e promove, em nível regional ou global, a minimização dos efeitos ambientais, econômicos, sociais e de saúde negativos gerados no uso de seus recursos para cumprir suas funções de ensino, pesquisa, extensão e parcerias, e administração, de maneiras que ajudem a sociedade a fazer a transição para estilos de vida sustentáveis (Velazquez *et al.*, 2006, p. 812, tradução própria).

Com base na literatura analisada, considera-se, de forma sintética, que a contribuição das IES em relação à sustentabilidade pode ser analisada pelos seguintes eixos: I) acadêmico, formado por educação e pesquisa; e II) operacional, referente à gestão do campus. Parte da literatura apresenta ainda uma terceira dimensão que diz respeito à relação entre a universidade e a sociedade, sendo referida como: a “coordenação e comunicação entre os níveis anteriores [educação, pesquisa e operação dos *campi*] e a sociedade” (Fouto, 2002, tradução própria), “extensão e parcerias” (Velazquez *et al.*, 2006, p. 812, tradução própria) e “alcance à

comunidade” (Lozano, 2006, p. 794, tradução própria; Amaral; Gouveia; Martins, 2015, p. 162, tradução própria).

No tocante à dimensão acadêmica, a educação para a sustentabilidade inclui a ambientalização curricular, formada pela inserção de conhecimentos, critérios, valores sociais, éticos e ambientais nos estudos universitários e currículos (Mazon *et al.*, 2020, p. 1434); e a pesquisa contribui para a formação de uma consciência crítica e para a investigação de soluções e paradigmas que sirvam uma sociedade sustentável (Fouto, 2002). Já o eixo operacional envolve aspectos como a geração e a utilização de resíduos sólidos, o consumo de recursos naturais como água e energia, emissões de gás, o uso de tecnologias ecoeficientes, a preservação de áreas verdes, entre outros.

Entretanto, engajar as universidades a implementar iniciativas de desenvolvimento sustentável (DS) não é uma tarefa simples, e nem mesmo os muitos esforços da ONU ao empreender a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável conseguiram alterar significativamente essa tendência, já que desde os ODM até a Rio+20 houve um progresso lento e desprezível no tocante à sustentabilidade (Filho; Manolas; Pace, 2015, p. 121).

Estima-se que cerca de 20% das universidades, principalmente em países em desenvolvimento, desconhecem os princípios do desenvolvimento sustentável, e não promovem esforços significativos e projetos nesse sentido (Leal Filho; Brandli; Frandoloso; Korfand; Daris, 2015, p. 65). Ainda segundo os autores, cerca de 70% das universidades possuem ampla compreensão dos princípios do desenvolvimento sustentável, assim como desenvolvem esforços para promovê-los, contando com projetos e um programa de pesquisa e extensão (Leal Filho; Brandli; Frandoloso; Korfand; Daris, 2015, p. 65).

Por último, apenas cerca de 10% das universidades possuem comprometimento com a sustentabilidade a longo prazo através de políticas de sustentabilidade e certificação, e quadros superiores que supervisionem os esforços de sustentabilidade e os projetos financiados centralmente, quase exclusivamente na América do Norte, Europa Ocidental e Austrália/Oceania (Leal Filho; Brandli; Frandoloso; Korfand; Daris, 2015, p. 65).

No que se refere ao contexto brasileiro, cabe esclarecer, em primeiro lugar, que o ensino superior no Brasil é composto, atualmente, por 2.595 IES, sendo 1.968 Faculdades, 381 Centros Universitários, 205 Universidades e 41 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) (INEP, 2023, p. 16). Em relação à incorporação da sustentabilidade pelas universidades, a literatura demonstra que a área tem sido

pouco desenvolvida no país, embora nos últimos anos mais universidades tenham se engajado (Leal Filho; Brandli; Frandoloso; Korfand; Daris, 2015; Leal Filho *et al.*, 2018).

Nesse sentido, Moura, Frankenberger e Tortato (2019) realizaram estudo com 123 universidades brasileiras, tendo como parâmetros o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Conceito Institucional (CI) do MEC (Ministério da Educação), que variam de 1 (pior) a 5 (melhor). Dessas, 31 delas (ou seja, 25%) não tinham atividades relacionadas à sustentabilidade, assim, o estudo se baseou nas 92 que contavam com tais práticas (Moura; Frankenberger; Tortato, 2019, p. 835). A partir da análise, para 28 dessas universidades a única forma de sustentabilidade era a oferta de cursos, palestras, disciplinas e núcleos de pesquisas na temática, principalmente nas áreas de Engenharia, Arquitetura e Administração (Moura; Frankenberger; Tortato, 2019, p. 836).

Quanto às práticas encontradas, foram identificadas atividades para promover a melhora do meio ambiente, como programas para redução do consumo de água, projetos de construção ecológica e planejamento para novas formas de energia, coleta de lixo e novos padrões de consumo de plástico, projetos de reutilização de alimentos, e de proteção ambiental; bem como atividades sociais, voltadas a ajudar a comunidade ao redor do campus, incluindo projetos nas áreas de educação e saúde, provisão de serviços legais, e iniciativas de promoção de bem estar social no campus (Moura; Frankenberger; Tortato, 2019, p. 836).

Das 11 universidades mais bem avaliadas do país (com IG 5 e com CI 5), apenas três não possuíam práticas relacionadas à sustentabilidade, enquanto as demais oito contavam com práticas sustentáveis alinhadas às internacionais, tais como:

- inclusão da sustentabilidade no currículo;
- a oferta de cursos de especialização relacionados à sustentabilidade;
- grupos de pesquisa sobre sustentabilidade;
- periódico acadêmico com abertura para publicações sobre sustentabilidade;
- centros ou laboratórios para estudar e promover a sustentabilidade;
- projetos de sustentabilidade com foco na comunidade;
- projetos de sustentabilidade com foco no campus;
- treinamento de funcionários e estudantes para a sustentabilidade;
- inclusão da sustentabilidade no plano estratégico; e
- estrutura organizacional com um assento dedicado à sustentabilidade (Moura; Frankenberger; Tortato, 2019, p. 837-838, tradução própria).

Exemplos em destaque a serem mencionados nesse sentido são a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), as quais possuem políticas formais de DS, e a USP, a qual, embora ainda não possua uma política formal, conta com um projeto de alcance na comunidade denominado “USP Recicla”, assim

como com programas voltados a monitorar o consumo de energia, o consumo de papel, a gestão da água, e a pegada ecológica (Leal Filho *et al.*, 2018).

Em avaliação dos resultados encontrados, Moura, Frankenberger e Tortato (2019, p. 839) notam que a maioria das IES analisadas praticam atividades sustentáveis no seu dia a dia, embora essas atividades se concentrem nos aspectos social e ecológico do *triple bottom line*, negligenciando o aspecto econômico. Nesse sentido, os autores destacam o fato de muitas instituições de ensino brasileiras possuírem disciplinas voltadas para a sustentabilidade em seus currículos ou oferecerem cursos de extensão e cursos de pós-graduação na área, o que demonstra a importância que a área tem adquirido no Brasil nos últimos anos. Apesar disso, verifica-se, no geral, a falta de uma visão integral sobre a sustentabilidade (Brandli; Tauchen, 2006; Leal Filho *et al.*, 2018).

O estudo realizado por Leal Filho, Brandli, Frandoloso, Korfand e Daris (2015) é um exemplo disso. A partir de questionários respondidos por experts que trabalhavam em seis universidades brasileiras, demonstrou-se que a maioria das universidades não possui programas de sustentabilidade institucionalizados no âmbito da gestão de toda a universidade. Os entrevistados identificaram várias barreiras comuns à incorporação da sustentabilidade:

falta de estratégias obrigatórias do programa institucional que motivem funcionários, professores e alunos a se engajarem na sustentabilidade; a falta de interesse pela sustentabilidade; falta de conhecimento sobre sustentabilidade; e atividades incluindo ensino, pesquisa e gestão universitária que não deixam espaço para a implementação de medidas de sustentabilidade (Leal Filho; Brandli; Frandoloso; Korfand; Daris, 2015, p. 68, tradução própria).

A literatura aponta ainda outras dificuldades: o fato de a sustentabilidade ser considerada um termo muito abstrato ou amplo, havendo falta de informação relevante e completa sobre DS (Lozano-Ros, 2003) e a divergência de interpretações pelas partes interessadas em abordar a sustentabilidade na universidade (Nurdiana, 2017, p. 1). Em segundo lugar, figuram fatores econômicos, como a falta de recursos disponíveis frente aos custos de substituir equipamentos ou modificar sistemas (Lozano, 2006, p. 791).

Por último, restam fatores políticos e sociais, como leis institucionais, cultura e a presença de conservadorismo ou indisposição à mudança (Lozano, 2006, p. 791; Leal Filho *et al.*, 2018), a dificuldade de incorporar a sustentabilidade nas atividades individuais (Lozano-Ros, 2003), e a falta de apoio das autoridades, a complexidade dos procedimentos

administrativos internos da universidade e a quantidade insuficiente de funcionários para realizar os desenvolvimentos necessários e esperados (Vargas; Mac-Lean; Hüge, 2019, p. 448).

Por outro lado, reconhecer essas barreiras é o primeiro passo para reduzi-las ou superá-las (Lozano, 2006, p. 791; Leal Filho *et al.*, 2018). Afinal, muitos fatores podem incidir no processo de incorporação da sustentabilidade pelas universidades, para o qual a literatura identifica duas abordagens: *top-down* (de baixo para cima), isto é, partindo das instâncias superiores da universidade, como reitores e vice-reitores, entre outros, e *bottom-up* (de cima para baixo), ou seja, originando-se de sua base, formada por estudantes, professores e funcionários.

A esse respeito, parte da literatura atribui importância aos “campeões da sustentabilidade”, ou seja, pessoas empenhadas a advocarem por essa causa em sua universidade e a mudarem a realidade universitária que vivenciam. Seu papel é estar na linha de frente, como o elo entre a inovação e a organização, sendo absolutamente necessários dentro do processo de transformação da universidade em direção à sustentabilidade (Lozano, 2006, p. 793; Vargas; Mac-Lean; Hüge, 2019, p. 447).

Ainda sob essa perspectiva, Beer *et al.* (2012) enfocam seu olhar em iniciativas estudantis, argumentando que estas são cruciais para o processo de transformação de uma universidade para o desenvolvimento sustentável, pois facilitam mudanças ao agirem como: inovadores institucionais; “agentes de fronteira”, ao comunicarem e praticarem programas de DS para atores fora da universidade; e criadores de espaços sociais e institucionais de aprendizagem.

Um exemplo disso é a iniciativa Oikos, um grupo estudantil da Universidade do Chile formado com o intuito de promover a reciclagem no campus, o qual, após cinco anos de atuação, juntamente com outros professores, apresentou uma proposta de campus sustentável ao Conselho Universitário, que deu origem a uma Comissão de Campus Sustentável (Vargas; Mac-Lean; Hüge, 2019, p. 446). O sucesso da iniciativa se explica pelo fato de o Chile se caracterizar por uma cultura que atribui importância cada vez maior às pessoas, e pelo crescimento da conscientização da sociedade civil em relação à sustentabilidade (Mac-Lean)².

Ao mesmo tempo, é importante levar em consideração o apoio institucional no processo. De acordo com Leal Filho *et al.* (2018), são as políticas institucionais que fornecem a base para que iniciativas sistemáticas (e não esparsas) sejam adotadas pela instituição, o que foi

² Informação fornecida por Claudia Mac-lean em 3 de março de 2023, na Universidade de Magallanes, em Punta Arenas, Chile. A transcrição da entrevista consta no Apêndice A.

corroborado pela análise estatística do estudo dos autores, a qual revelou que as universidades com políticas de DS têm maior probabilidade de desenvolver iniciativas sustentáveis, quando comparadas às que não possuem essas políticas. Assim, os autores destacam a importância de haver políticas de DS para que as universidades se engajem em questões relacionadas à sustentabilidade, embora elas não sejam uma pré-condição para tais esforços.

Em convergência a essa perspectiva, Mac-lean³ considera que é necessário haver apoio das autoridades, ao pensar sobre orçamento ou apoio para diferentes iniciativas; e que medidas *top-down* são muito efetivas, dado o modo como o sistema político funciona e como as empresas funcionam. Para Disterheft *et al.* (2012), a abordagem *top-down* pode consumir menos tempo, ser mais focada em melhorias operacionais e orientada para atender a regulamentações e requisitos administrativos; por outro lado, os autores consideram que uma abordagem participativa permite uma incorporação mais sistêmica do DS, ao combinar habilidades analíticas e técnicas com o desenvolvimento de uma consciência.

Em vista disso, Mac-lean⁴ defende que o ideal é haver tanto abordagens *top-down* quanto *bottom-up*, pois o estudo de análise qualitativa comparativa realizado por Vargas, Mac-lean e Hüge (2019) revelou que os processos de sustentabilidade geralmente começam como processos *ad hoc* que crescem e amadurecem ao longo do tempo à medida que uma gama de atores adere às iniciativas. A esse respeito, independentemente de quem inicia o processo – estudantes, professores, funcionários ou autoridades da universidade – as iniciativas crescem a nível institucional quando esses movimentos conseguem formar alianças dentro da instituição⁵.

Nesse processo, a popularização da sustentabilidade na instituição é construída a partir da ampliação da base de apoio e do planejamento dos próximos passos da gestão (Vargas; Mac-Lean; Hüge, 2019, p. 449). Em sequência, para a formalização da sustentabilidade no âmbito universitário, torna-se fundamental um compromisso da administração central e a criação de algum tipo de estrutura de sustentabilidade, como um escritório ou departamento (Vargas; Mac-Lean; Hüge, 2019, p. 449). Por último, para atingir a maturidade na aceitação organizacional, é necessária uma rede de empreendedores inovadores e interligados em sustentabilidade (Vargas; Mac-Lean; Hüge, 2019, p. 449).

Pensando em caminhos para superar os desafios à incorporação da sustentabilidade pelas universidades, Leal Filho *et al.* (2018) defendem que para alcançar mudanças é necessário trabalhar com a cultura universitária e, particularmente, com o pessoal acadêmico. Vargas,

³ Ref. 2.

⁴ Ref. 2.

⁵ Ref. 2.

Mac-Lean e Hüge (2019), por sua vez, recomendam a reunião de atores interdisciplinares e seu envolvimento em discussões e consultas, de modo a fomentar a criação de projetos inovadores e a comunicação das iniciativas em curso à comunidade; e uma gestão adequada dos recursos monetários por parte das unidades de sustentabilidade no desenvolvimento de seus projetos para gerar convencimento sobre as oportunidades e o valor agregado que o investimento em iniciativas de sustentabilidade pode trazer. Por fim, é encorajada a busca de sinergias com o governo e o setor privado, uma vez que a sustentabilidade nas universidades está cada vez mais conectada com a sociedade, a indústria e a academia.

3 O ESTUDO DE CASO SOBRE A PUC-SP

3.1 PUC-SP: uma introdução

Fundada em 13 de agosto de 1946 pelo Eminentíssimo Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com sede no município de São Paulo, é uma universidade de direito privado, confessional, sem fins lucrativos, mantida por uma fundação de direito privado, detidamente, a Fundação São Paulo. A princípio, as raízes históricas da universidade denotam que esta nasceu com a missão de formar lideranças católicas e os filhos da elite paulista, mas, a partir do final dos anos 1960, a PUC-SP começou a integrar, essencialmente, a preocupação social à qualidade acadêmica, sendo reconhecida por estar na linha de frente do combate à ditadura militar como defensora da liberdade, dos direitos e da democracia (PUC-SP, 2023a).

Nessa trajetória, o crescimento do número de cursos e alunos da graduação e da pós-graduação e a ampliação de suas atividades a partir da criação da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE) permitiram a consolidação de seu desenvolvimento acadêmico e comunitário ao longo dos anos 1980 (PUC-SP, 2023a). A partir disso, ao longo dos anos 2000 a universidade se expandiu para outras regiões da cidade e do Estado de São Paulo e modernizou sua estrutura acadêmico-administrativa, com o objetivo de ampliar a qualidade da produção científica e dos serviços prestados à sociedade (PUC-SP, 2023a).

Em termos de infraestrutura, a PUC-SP conta com quatro *campi* (campus Monte Alegre – Perdizes, campus Consolação – Marquês de Paranaguá, campus Ipiranga e campus Sorocaba)⁶, duas unidades de educação continuada, nos bairros Consolação e Vila Mariana, bem como duas unidades suplementares – órgãos que realizam serviços à comunidade: a Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC) e o Hospital Santa Lucinda (HSL) (PDI 2020-2024, 2023, p. 21). São mantidas ainda três unidades de serviços à comunidade vinculadas a diferentes Faculdades da PUC-SP: a Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic, o Escritório Modelo D. Paulo Evaristo Arns e o Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC) (PDI 2020-2024, 2021, p. 22).

⁶ Em 2015 ocorreu o fechamento do campus Barueri, por rescisão do convênio com a Prefeitura do Município (PDI 2020-2024, 2023, p. 9).

Em relação à sua organização acadêmica, a PUC-SP é composta por dez Faculdades, estruturadas em cursos de graduação, programas de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* e atividades de educação continuada (Estatuto da PUC-SP, 2019, p. 4-5), algumas das quais possuem Departamentos; e por Coordenadorias, organismos que fazem a gestão de projetos e de atividades acadêmicas, científicas, teológicas e pastorais, servindo ao conjunto da PUC-SP em assuntos específicos, com finalidades internas e externas (Estatuto da PUC-SP, 2019, p. 6), que são a Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais (CEDEPE) e a Coordenadoria de Pastoral Universitária (PU) (Estatuto da PUC-SP, 2019, p. 7).

Já no que se refere à sua organização administrativa, a PUC-SP estrutura-se em órgãos colegiados deliberativos superiores, que são o Conselho Universitário (CONSUN) e o Conselho de Administração (CONSAD); de consulta no campo acadêmico e científico, isto é, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE); órgãos colegiados de deliberação e consulta acadêmicos, isto é, o Conselho de Cultura e Relações Comunitárias (CECOM), os Conselhos das Faculdades, os Colegiados dos Departamentos (CD), os Colegiados dos Cursos de Graduação (CCG) e os Colegiados de Programas de Pós-Graduação (CPPG); e órgãos de direção e supervisão: a Grã-Chancelaria, a Reitoria, as Pró-Reitorias, as Diretorias dos *Campi*, as Diretorias das Faculdades, as Chefias dos Departamentos, e as Coordenações dos Cursos de Graduação e de Programas de Pós-Graduação.

Em relação à produção de pesquisa, a universidade possui um Portal de Revistas Eletrônicas, que conta atualmente com 78 periódicos, dos quais 53 são ativos, com publicações regulares; e o Repositório Institucional, que conta com um acervo de mais de 28 mil documentos digitais produzidos por alunos e docentes da instituição, incluindo teses, dissertações, monografias de especialização, trabalhos de conclusão de curso de graduação e outras produções técnico-científicas (PDI 2020-2024, 2023, p. 23-24). Em relação à organização administrativa, esta é estruturada por órgãos colegiados deliberativos superiores, órgãos colegiados de deliberação e consulta acadêmicos e órgãos de direção e supervisão.

Em vista desse histórico, pode-se afirmar que a PUC-SP possui reconhecido prestígio no contexto nacional. De acordo com o INEP (2023), a universidade obteve Índice Geral de Cursos (IGC) 4 em 2021; e, pela primeira vez, em 2023, foi avaliada pelo Ministério da Educação (MEC) com Conceito Institucional (CI) 5, ou seja, a nota máxima no credenciamento da instituição (J. PUC-SP, 2023). Ainda, segundo o Guia da Faculdade 2023, elaborado a partir de parceria entre o Estadão e a Quero Educação, a PUC-SP figurou entre as

instituições de ensino superior privadas com mais cursos avaliados com 5 estrelas (O Estado de S. Paulo, 2023).

Outrossim, o QS World University Rankings 2023 (QS, 2023) avaliou a PUC-SP como a 2ª melhor do país entre as universidades privadas, e no quesito qualidade de ensino o Ranking Universitário Folha (RUF) 2023 a julgou a melhor universidade privada do Brasil, bem como a que possui maior número de cursos que ocupam o 1º lugar no Ranking de Graduação (Folha de S. Paulo, 2023). Em termos tanto do estado quanto da cidade onde está situada, a PUC-SP foi avaliada pelo RUF 2023 em segundo lugar dentre as universidades de ensino privado (Folha de S. Paulo, 2023), enquanto para o QS World University Rankings 2023, a PUC-SP foi considerada a melhor universidade privada (QS, 2023).

Entretanto, observa-se um declínio significativo da PUC-SP no QS Ranking entre os anos 2023 e 2024, de modo que em 2023 a universidade se encontrava na posição 801-1000 (QS, 2023) e no ano seguinte decaiu para a posição 1001-1200 (QS, 2024). Nota-se, ainda, que foi introduzida uma nova métrica de avaliação no período mencionado, isto é, a sustentabilidade. Diante dessa realidade, impõe-se o questionamento: como a PUC-SP tem incorporado (ou não) a sustentabilidade em suas práticas e políticas? A próxima subseção busca responder a essa pergunta.

3.2 A incorporação da sustentabilidade pela PUC-SP: ensino, produção de pesquisas, extensão à comunidade, vivência no campus Perdizes e gestão institucional

No que diz respeito à incorporação da sustentabilidade, em termos da formação educacional oferecida, a PUC-SP declara reconhecer a importância da interdisciplinaridade para a abordagem de problemas sociais, agrários, *climáticos*, econômicos e educacionais, e, em razão deste reconhecimento, criou em 2019 a Faculdade de Estudos Interdisciplinares (PDI 2020-2024, 2023, p. 48, grifo próprio). Ademais, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024 da universidade manifesta que esta deve manter acompanhamento sistemático de seus cursos e programas com vistas ao estabelecimento de políticas voltadas à sua atualização e excelência e à promoção e criação de novos cursos, atendendo a demandas sociais, políticas e tecnológicas voltadas a um futuro *sustentável* (PDI 2020-2024, 2023, p. 56, grifo próprio).

Nesse âmbito, a PUC-SP possui um curso de graduação relacionado à sustentabilidade: Ciências Socioambientais. Além disso, em outros cursos da graduação são incluídos temas

transversais relacionados à Educação Ambiental (PDI 2020-2024, 2023, p. 34). No que se refere à pós-graduação *strictu sensu*, não há cursos específicos na área ambiental. Já dentre os 37 cursos de especialização, existe um na temática, intitulado “Direito Ambiental e Gestão Estratégica da Sustentabilidade”. Quanto a cursos de extensão, dos 219 ofertados atualmente, foram encontrados onze cursos que tratam da sustentabilidade: dois cursos com enfoque público, cinco cursos com enfoque privado, dois cursos referentes ao uso energético, um curso na dimensão cultural e um curso cuja dimensão trata tanto do setor público quanto do uso energético, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Cursos de extensão relacionados à sustentabilidade

Dimensão da sustentabilidade	Cursos de extensão
Setor público	Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente no Estado Brasileiro
	Governança e Gestão Formal Socioambiental
Setor privado	Direito e ESG: Governança Corporativa e Compliance Socioambiental
	ESG e Impacto Social das Práticas Corporativas
	ESG: estratégias, competências e práticas
	Responsabilidade Socioambiental e Investimento Social
	Sustentabilidade e Negócios: cadeia de valor ESG, atração de investimentos verdes, regulação e tendências globais
Setor público/ Uso energético	Descarbonização na Agenda Pública Brasileira: ambiente, energia e vulnerabilidade climática
Uso energético	Energias Renováveis: tecnologias, aplicações e aspectos regulatórios
	Mudanças Climáticas e Transição Energética
Cultural	Gestão para a Sustentabilidade em Museus

Fonte: Elaboração própria a partir do site institucional da PUC-SP (2023c).

Ademais, observa-se na comunidade universitária a mobilização de atividades complementares à formação acadêmica que contribuem à sustentabilidade, como o minicurso “Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: atores, processos e traduções locais”, proposto pelo Programa de Pós-Graduação em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais (GGFPI) da PUC-SP. O evento, ocorrido nos dias 18 e 19 de outubro de 2022, promoveu a conscientização sobre os ODS demonstrando a utilização de instrumentos de planejamento local para a “tradução” dos objetivos, metas e indicadores da Agenda 2030, situando as experiências locais dentro de uma perspectiva sobre governança em múltiplos níveis. Outrossim, no dia posterior ao minicurso, sucedeu o seminário “Do global ao local: implementar a Agenda 2030 nas cidades”, o qual fez parte da programação do Circuito Urbano de 2022, organizada pela ONU Habitat, e reuniu gestores(as) públicos(as) de cidades com boas práticas e políticas de implementação da Agenda 2030, bem como representantes de organizações da sociedade civil e de organizações internacionais.

De igual modo, em 2023 sucedeu o seminário “Desafios e Perspectivas para o Brasil na governança global do clima” nos dias 18 e 19 de setembro, o qual também foi promovido pelo Programa de Pós-Graduação em GGFPI, juntamente com o Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais (PET-RI) e a Repórter Brasil. O evento reuniu gestores governamentais, professores universitários, pesquisadores de institutos ambientais, representantes de organizações internacionais, de ONGs, de fundações e de organizações filantrópicas dedicadas à temática ambiental e ao enfrentamento das mudanças climáticas. Dessa forma, tanto o minicurso quanto os seminários promovidos trouxeram experiências práticas a partir da perspectiva de diversos atores na reflexão sobre os desafios da implementação de políticas públicas compatíveis com a Agenda 2030 e com os acordos ambientais internacionais, permitindo a formulação de novas questões e ponderações sobre o assunto no âmbito da universidade.

Em relação à produção de pesquisas, foram identificados três periódicos da universidade relacionados à temática ambiental: a Revista Ecológica⁷, que apresenta quadrimestralmente artigos originais, entrevistas, vídeos, imagens e resenhas a respeito do atual investimento em políticas de preservação e conservação do meio ambiente (Portal de Revistas da PUC-SP, [s. d.]); a Revista de Inovação e Sustentabilidade⁸, organizada pelo Núcleo de Estudos do Futuro (NEF) da PUC-SP com o objetivo de publicar trabalhos de pesquisa que possam contribuir à inovação e à sustentabilidade (Portal de Revistas da PUC-SP, [s. d.]); e a Revista Eletrônica de Biologia (REB), organizada pelo Departamento de Ciências do Ambiente da PUC-SP em 2010 e dirigida aos estudos de ciências naturais, biológicas, ambientais e da terra (RCAAP, [s. d]).

Entretanto, em razão da cessão da Faculdade de Ciências Biológicas da PUC-SP, a REB foi desativada, de modo que não mais se encontra disponível no Portal de Revistas da PUC-SP; e a publicação da última edição da Revista Ecológica data de 2019, o que indica a descontinuidade de suas atividades. Assim, o único periódico que permanece ativo é a Revista de Inovação e Sustentabilidade, a qual é resultado da colaboração entre a PUC-SP e a Wuhan University of Technology, da China, a Yamaguchi University, do Japão, e a Tilburg University, da Holanda, e apoiada pela rede de Pesquisadores Internacionais do Projeto Milênio (*Millennium Project*) (Portal de Revistas da PUC-SP, [s. d.]).

Em relação a pesquisas de Iniciação Científica, observa-se uma lacuna de dados necessários para a realização de análise comparativa de produções relacionadas à

⁷ Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica>. Acesso em: 11 nov. 2023

⁸ Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/risus>. Acesso em: 11 nov. 2023.

sustentabilidade, uma vez que os anais dos 29º e 30º Encontros de Iniciação Científica, referentes aos anos de 2021 e 2020, estão indisponíveis no site da universidade. Em resposta a essa e a outras demandas por informações institucionais, em 2022 foi originado o projeto temático intitulado “Indicadores e rankings internacionais: mapeamento de práticas e reflexões sobre o papel da Universidade nos debates sobre sustentabilidade”, dedicado a sistematizar as práticas de sustentabilidade da PUC-SP segundo as métricas de rankings universitários internacionais⁹.

Apoiado pelo Plano de Incentivo à Pesquisa (PIPEq) da universidade, o projeto é conduzido por docentes de diferentes unidades (departamentos, programas de pós-graduação, cursos de graduação ou faculdades), com a pretensão de elaborar um banco de dados da produção de conhecimento da PUC-SP, a partir do repositório institucional e de dados de todas as modalidades de pesquisa fornecidos pela Assessoria de Pesquisa, para mapear as pesquisas sobre sustentabilidade produzidas e financiadas pela universidade nos últimos anos, tendo os ODS como parâmetro. Em convergência ao projeto, em 2023 a universidade solicitou que projetos, planos, propostas e programas acadêmicos sejam identificados pelo selo e pela régua dos ODS, apresentando em que medida suas discussões servem de contribuição para tais objetivos (PUC-SP, 2023b).

No que se refere a atividades de extensão à comunidade, o Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC), oficializada pela Faculdade de Educação da PUC-SP em 1991 para desenvolver ação educativa com vulneráveis, já desenvolveu um curso de Educação Ambiental para a Preservação de Recursos Hídricos, em parceria com a Pastoral do Menor, entre 2005 e 2006; promoveu a realização de uma oficina temática na área de Educação Ambiental e Cidadania; e ofereceu o curso “A Arte Guarani como Meio para um Ambiente Sustentável”, dirigido a educadores em geral, coordenadores pedagógicos, universitários e demais interessados.

Em relação à vivência sustentável no campus Perdizes, sede da PUC-SP, a partir de observação empírica, até o primeiro semestre de 2023 verificava-se a falta de coleta seletiva de lixo nas áreas acadêmicas e administrativas e na maior parte das áreas de uso comum, havendo apenas algumas lixeiras no espaço entre o prédio Sede, conhecido como Prédio Velho, e o Edifício Reitor Bandeira de Mello (ERBM), conhecido como Prédio Novo, e no refeitório. Entretanto, um projeto de extensão do curso de Administração realizou a iniciativa de

⁹ Segundo docentes integrantes do projeto temático, o interesse em produzir dados para enquadrar a universidade nos rankings internacionais surgiu a partir do envolvimento de docentes do projeto na Reitoria, ou em projetos desta, e no Consórcio das Universidades Católicas (CCU), que será explicado posteriormente nesta seção.

acrescentar 40 latas de lixo com separação entre resíduos orgânicos e recicláveis às vinte salas com a maior população do curso¹⁰ – que também são compartilhadas por outros cursos, no ERBM.

A fase piloto do projeto foi iniciada entre dezembro de 2022 e janeiro desse ano, durante o período de férias da universidade, para treinar os funcionários responsáveis pelo serviço de limpeza a fazerem a separação correta conforme as cores dos sacos de lixo, azul para os resíduos recicláveis e preta para os orgânicos. O projeto contou com o engajamento do Diretor de campus, Maykel Chagas Botelho Araújo, e foi implementado a partir do início do segundo semestre de 2023, sendo apresentado no dia 15 de novembro de 2023 às Coordenações de toda a universidade, muitas das quais demonstraram interesse em implementar a iniciativa em suas Faculdades. Todavia, apesar da presença das novas lixeiras, nota-se que ainda se faz necessária a conscientização da comunidade universitária quanto ao descarte correto dos resíduos conforme a sua tipologia.

No que diz respeito à incorporação da sustentabilidade pela gestão administrativa da universidade, os documentos fundacionais¹¹ da PUC-SP não revelam um comprometimento rígido nesse quesito. O Estatuto da PUC-SP, por exemplo, declara que a universidade tem por finalidade “promover o desenvolvimento da solidariedade entre os povos, visando à *sustentabilidade* e à integralidade da vida” (Estatuto da PUC-SP, 2019, Art. 4º, Inciso V, grifo próprio) e “constituir-se em centro de produção e divulgação de cultura, de modo a responder às condições e às necessidades *ecológicas*, econômicas, sociais, políticas e religiosas do Brasil e do mundo” (Estatuto da PUC-SP, 2019, Art. 4º, Inciso IX, grifo próprio).

O Regimento Geral da PUC-SP (2020, Art. 312, Inciso V, grifo próprio), por sua vez, prescreve a todos os membros da comunidade universitária a “obediência à legislação, especialmente quando se tratar da convivência social, defesa de direitos, *responsabilidade com o meio ambiente* e cuidados e promoção da saúde”. Dessa forma, o exame de ambos os documentos revela que estes tratam da sustentabilidade em seus aspectos ambiental e social de forma genérica, não havendo neles uma diretriz que descreva quais seriam as responsabilidades concretas da universidade em prol do cumprimento desse objetivo.

¹⁰ As informações sobre a iniciativa do projeto foram fornecidas por docente integrante do projeto de extensão.

¹¹ O estatuto e regimento podem ser considerados os documentos fundacionais de uma universidade, sendo atribuições das universidades elaborá-los e reformá-los em consonância com as normas gerais atinentes (Senado Federal, 2017, p. 37, Art. 53, Inciso V). O estatuto é uma espécie de constituição da universidade, o qual anuncia sua denominação, natureza e finalidades, bem como sua estrutura e organização acadêmica e administrativa. Em complementariedade ao estatuto, o regimento explicita a organização dos órgãos acadêmicos da universidade e o regime didático dos cursos mantidos, com suas regras gerais de funcionamento, condições de acesso, de avaliação, de aproveitamento e transferência (MEC, [s. d.]).

Em vistas a melhorar esse cenário, a universidade indicou a intenção de definir, até 2024, ao menos uma estratégia para aplicação de abordagens interdisciplinares para incentivar uma cultura institucional de sustentabilidade ambiental, social e econômica (PDI 2020-2024, 2023, p. 95). Além disso, a universidade planejou a redução, pela metade, do número de copos plásticos utilizados anualmente nos *campi* da PUC-SP até 2024, substituindo-os por copos de materiais recicláveis ou reutilizáveis (PDI 2020-2024, 2023, p. 99). Tais iniciativas fazem parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade para o período de 2020 a 2024, um documento institucional que dirige a proposição de ações, metas e objetivos dos gestores da universidade, além de atender a exigências legais do Ministério da Educação (PDI 2020-2024, 2023, p. 6).

As dimensões do PDI são: I) formação e ensino; II) pesquisa; III) extensão; IV) internacionalização; V) corpo docente e corpo administrativo; VI) políticas de gestão; VII) política de atendimento ao discente; VIII) infraestrutura física e tecnológica; IX) comunicação institucional e cultura e, por fim, X) políticas de inclusão (PDI 2020-2024, 2023, p. 54). No final de 2022 e início de 2023, o PDI 2020-2024, por sua vez, foi complementado, sob a supervisão da Coordenação da Consultoria Técnica de Apoio à Gestão, para contemplar uma política de sustentabilidade (PDI 2020-2024, 2023, p. 6).

Porém, antes disso, o histórico dos PDIs anteriores demonstra que a universidade já vinha dando passos em direção à incorporação da sustentabilidade. Nesse sentido, os principais objetivos comuns ao PDI 2010-2015 e ao PDI 2015-2019 eram: “fortalecer a imagem da Universidade; renovar o projeto institucional e suas respectivas estratégias da *sustentabilidade* no ensino, na pesquisa e na extensão; fortalecer ações de compromisso social e aprimorar a gestão acadêmica, administrativa e financeira” (PDI 2020-2024, 2023, p. 15-16, grifo próprio). Dessa forma, ambos os documentos que regeram o planejamento da gestão para seus respectivos períodos afirmavam ter a sustentabilidade como elemento norteador no que diz respeito às dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

Entretanto, o diferencial do PDI 2020-2024 é que, além de ser dotado de sua décima primeira dimensão, que é sua política de sustentabilidade, esta é tida como um aspecto prioritário, de relevância extrema, que deve ser tratado transversalmente a todas as demais dimensões do PDI (PDI 2020-2024, 2023, p. 54). A esse respeito, nota-se que o ingresso da sustentabilidade no plano de trabalho institucional é caracterizado por um enfoque na luta contra a desigualdade, assentado no princípio de que sociedades desiguais, como a brasileira, colocam em risco a sustentabilidade:

O planeta e o mundo não são sustentáveis se os modos de vida não produzem condições dignas para todos e não permitem que compartilhem a riqueza neles produzida, sem destruí-los. Assim, pensar o futuro exige avaliar as ações do presente e do futuro imediato para fazer a previsão de políticas e atividades que garantam o futuro ambiental, social e culturalmente possível e desejável do planeta (PDI 2020-2024, 2023, p. 54-55).

Assim, o documento constata que toda política de sustentabilidade deve ser composta pela previsão de ações que também levam à sustentabilidade “social”, considerando essa dimensão no ensino (educação ambiental e educação para a sustentabilidade), na pesquisa, e no cotidiano da gestão institucional (PDI 2020-2024, 2023, p. 55). Além disso, é feita ainda uma consideração a respeito da temporalidade e impacto das intervenções formuladas, isto é, “políticas e ações para a sustentabilidade possuem tempos diferentes de criação, tempos diferentes para seu impacto e passam por diferentes dimensões na vida institucional da Universidade” (PDI 2020-2024, 2023, p. 55).

Cada uma das onze dimensões de atuação, acompanhamento e avaliação da universidade presentes no planejamento institucional possui objetivos e metas de ação para o período, bem como indicadores para cada uma das metas com o propósito de mensurá-las e monitorá-las no quinquênio PDI 2020-2024 (2023, p. 61). Dentre todas as dimensões, duas contribuem à incorporação da sustentabilidade pela PUC-SP: a nona (comunicação institucional e cultura) e a décima primeira (política de sustentabilidade), conforme apresentado no Quadro 2. Todavia, nota-se que, em relação à décima primeira dimensão do PDI 2020-2024, não há indicadores, tampouco índice ou resultado esperado para 2024 acerca dessas metas, em contradição às demais dimensões presentes no PDI vigente.

Quadro 2 – Dimensões de incorporação da sustentabilidade presentes no PDI 2020-2024

Dimensão	Objetivo	Metas	Indicadores (Base: 31/07/2019)	Índice	Resultado Esperado 2024
10. Comunicação Institucional e Cultura	4. Incentivar uma cultura institucional de sustentabilidade ambiental, social e econômica, com vistas a aumentar a consciência da comunidade universitária	1. Implementar iniciativas e ações de sustentabilidade na PUC-SP.	Número de copos plásticos utilizados anualmente nos <i>campi</i> da PUC-SP, a serem substituídos por copos de materiais recicláveis ou reutilizáveis.	616.000	313.000
		2. Definir estratégias para aplicação de abordagens interdisciplinares.	Número de estratégias para aplicação de abordagens interdisciplinares documentadas	0	1

11. Política de Sustentabilidade	1. Institucionalizar políticas de sustentabilidade na PUC-SP	<p>1. Implementar as políticas de sustentabilidade por meio da criação do Plano de Sustentabilidade e Meio Ambiente para todos os <i>campi</i> da PUC-SP.</p> <p>2. Articular os propósitos do Plano de Sustentabilidade e Meio Ambiente com o ensino, a pesquisa e a extensão envolvendo todas as áreas de conhecimento da Universidade.</p> <p>3. Implementar e reforçar a política universitária sobre a sustentabilidade social e econômica.</p>	—	—	—
----------------------------------	--	--	---	---	---

Fonte: PDI 2020-2024 (2023, p. 95, 99).

Por fim, além da incorporação da sustentabilidade no planejamento institucional, observa-se com bons olhos a integração da PUC-SP ao Consórcio de Universidades Católicas (CCU) em 2021, uma rede internacional de pesquisadores vinculados às Universidades Católicas que prevê a articulação das IES parceiras¹² em três frentes: I) promoção de pesquisa e de uma comunidade acadêmica para enfrentar os principais desafios da Igreja e do mundo; II) desenvolvimento de oportunidades de uma educação global para os estudantes; e III) compartilhamento de boas práticas institucionais (J. PUC-SP, 2022).

O Consórcio prevê que seu funcionamento se dê a partir de ciclos temáticos, a serem desenvolvidos a cada dois anos, e o tema escolhido para o primeiro ciclo (2022-2023) foi *Environmental Justice and Sustainability* (Justiça Ambiental e a Sustentabilidade), sendo a Conferência Inaugural do Consórcio intitulada *The Catholic University, Environmental Justice and Research for a Sustainable Future* (A Igreja Católica, Justiça Ambiental e a Pesquisa por

¹² O CCU é composto por 10 IES: Bethlehem University (Palestina); Fu Jen Catholic University (Taiwan); Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt (Alemanha); Pontificia Universidad Católica de Chile (Chile); Pontificia Universidade Católica de São Paulo (Brasil); Strathmore University, Nairobi (Quênia); University of Notre Dame (EUA e Austrália); Ukrainian Catholic University (Ucrânia) e Saint Mary's University (Inglaterra) (J. PUC-SP, 2022).

um Futuro Sustentável) (KU, 2022). Para a discussão do tema, foram estruturados cinco Grupos de Trabalho: I) Água, Solo e Ar; II) Produção e Segurança Alimentar; III) Energia; IV) Pobreza e Desigualdade; e V) Educação (J. PUC-SP, 2022). Logo, pode-se dizer que a partir da membresia no CCU a PUC-SP passou a estar envolvida no compartilhamento de boas práticas institucionais para Justiça Ambiental. A seguir, o Quadro 3 sintetiza todos os aspectos elencados nessa seção no que diz respeito à incorporação da sustentabilidade pela PUC-SP.

Quadro 3 – A incorporação da sustentabilidade pela PUC-SP

Eixos de incorporação da sustentabilidade	Iniciativas
Ensino	Oferta de 1 curso de graduação (Ciências Socioambientais); Inclusão de temas transversais relacionados à Educação Ambiental em cursos da graduação; Oferta de 1 curso de especialização (Direito Ambiental e Gestão Estratégica da Sustentabilidade); Promoção de minicursos e seminários pelo Programa de Pós-Graduação em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais (GGFPI).
Produção de pesquisas	1 periódico ativo: Revista de Inovação e Sustentabilidade.
Extensão à comunidade	Oferta de 11 cursos de extensão; Realização de cursos e oficina temática promovidos pelo Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC).
Vivência nos <i>campi</i>	Substituição de copos descartáveis por copos recicláveis; Coleta seletiva de lixo promovida por projeto de extensão do curso de Administração do campus Perdizes.
Planejamento institucional	Busca por definição de estratégia para aplicação de abordagens interdisciplinares de incentivo a uma cultura institucional de sustentabilidade; Pretensão de criação do Plano de Sustentabilidade e Meio Ambiente para todos os <i>campi</i> da PUC-SP.
Alcance internacional	Compartilhamento de boas práticas institucionais para Justiça Ambiental a partir da participação no primeiro ciclo (2022-2023) do Consórcio das Universidades Católicas (CCU).

Fonte: Elaboração própria.

Em vista disso, algumas considerações e recomendações à universidade podem ser feitas. Em primeiro lugar, considera-se que o tema do atual ciclo do CCU, bem como o envolvimento com outras universidades que são parâmetros de boas práticas sustentáveis, é um fator que pode ter influenciado a decisão por parte da gestão administrativa da PUC-SP de incluir uma política de sustentabilidade no planejamento do quinquênio. Nesse sentido, haja vista que a universidade já tem buscado o aprofundamento de parcerias e convênios internacionais com outras instituições em sua política de internacionalização (PDI 2020-2024, 2023, p. 44), recomenda-se à PUC-SP fortalecer a aproximação com universidades que são referência em sustentabilidade, como a PUC-Chile e a Universidade de Notre Dame, a fim de

aprender sobre seus caminhos de incorporar a sustentabilidade e utilizar suas experiências como motivação e guia para transitar nessa direção.

Em segundo lugar, nota-se o reconhecimento pela PUC-SP da importância de promover sua aproximação com o mundo corporativo (PDI 2020-2024, 2023, p. 56), bem como da importância de uma política de acompanhamento e relacionamento com egressos, para qual a universidade propôs, dentre outras propostas, o estabelecimento de parcerias de serviços, treinamento profissional e cooperação acadêmica, tecnológica e de pesquisa com empresas em que atuam ex-alunos (PDI 2020-2024, 2023, p. 52). Nesse âmbito, recomenda-se à instituição averiguar quais egressos da PUC-SP trabalham com questões relacionadas à sustentabilidade, com o intuito de formar parcerias com empresas e organizações relevantes que possuam o potencial de desenvolver projetos sustentáveis nos *campi* da PUC-SP.

Por fim, a fim de avançar a incorporação da sustentabilidade na PUC-SP, com base na experiência de mais de dez anos no estudo do tema por Claudia Mac-lean¹³, recomenda-se que quaisquer iniciativas iniciadas por “campeões da sustentabilidade” busquem sua formalização no âmbito da universidade e que sejam alinhadas às políticas públicas nacionais referentes à sustentabilidade. Dessa forma, a visibilidade da PUC-SP será aumentada e o apoio às iniciativas da universidade será visto como uma oportunidade pelo poder público.

3.3 A contribuição da PUC-SP para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma análise de suas políticas com o auxílio da ferramenta *SDG Mapper*

3.3.1 A ferramenta *SDG Mapper* e sua metodologia

A Agenda 2030, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tem ganhado cada vez mais importância como um veículo para a promoção de uma transição para o desenvolvimento sustentável. Entretanto, em vista de seus 17 objetivos, 169 metas e 232 indicadores, formuladores de políticas podem ter dificuldades em priorizar esforços relacionados ao cumprimento dos ODS. Em vistas a transpor essa barreira, esta seção consiste em um mapeamento das políticas da PUC-SP levando em consideração os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para tal, utilizou-se o *SDG Mapper*¹⁴, uma ferramenta criada

¹³ Ref. 2

¹⁴ O *SDG Mapper* está inserido na plataforma virtual *Know SDGs*, que fornece ferramentas e organiza conhecimento sobre políticas, indicadores, métodos e dados para apoiar a implementação dos ODS (Comissão Europeia, [a]). A plataforma foi criada a partir do entendimento de que a implementação bem-sucedida dos ODS

pelo Centro de Pesquisa Conjunta (JRC) da Comissão Europeia, cuja utilidade consiste na sua capacidade de averiguar em que medida documentos e relatórios englobam os ODS em suas políticas.

O funcionamento do *SDG Mapper* ocorre da seguinte forma: através da técnica de mineração de textos, são identificados os termos relacionados aos ODS, permitindo, assim, verificar sua importância relativa no documento. Assim, de acordo com o número de palavras pertencentes aos Objetivos, são estabelecidas as porcentagens de cada um dentro do documento, que podem ser apresentadas visualmente na forma de um gráfico de colunas ou de barras. De igual modo, a importância das metas específicas a cada Objetivo pode ser apresentada na forma de um gráfico de bolhas ou de barras. A plataforma permite, ainda, a elaboração de uma tabela com os indicadores pertencentes às metas identificadas, elencados em ordem decrescente, conforme sua relevância no documento.

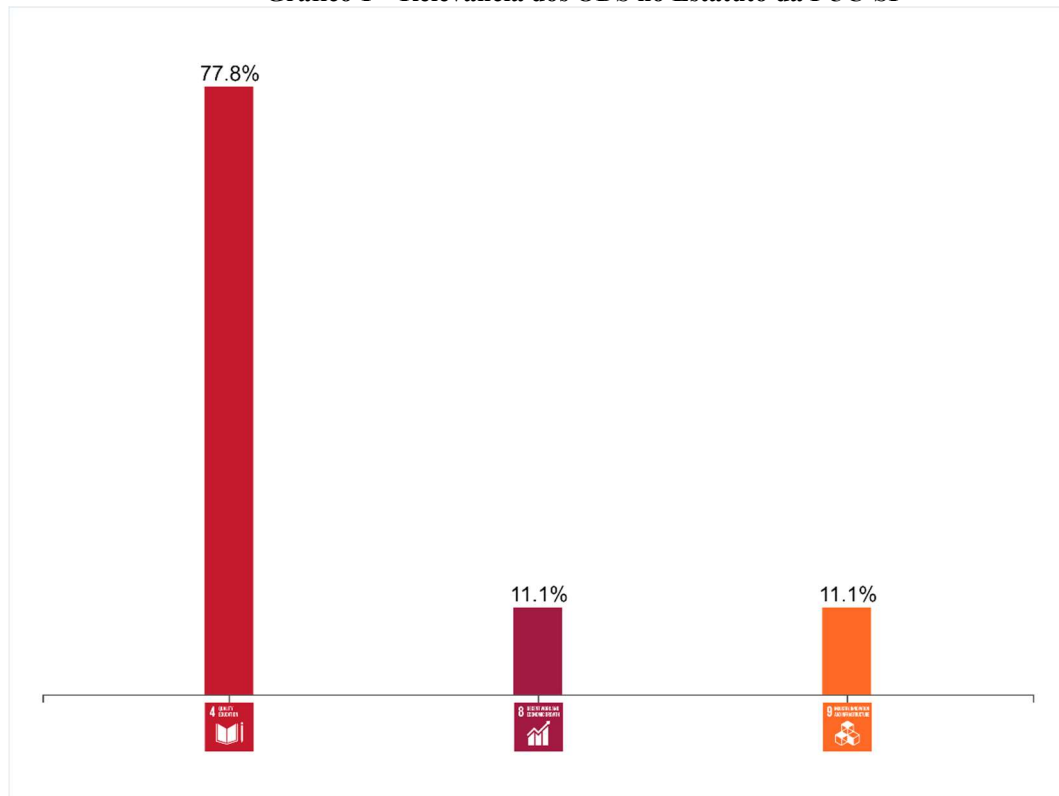
Considera-se que tal exercício é de interesse da PUC-SP, haja vista seu recente reconhecimento do potencial das universidades para contribuir para os ODS a partir de seus níveis de atuação no ensino, na pesquisa e na extensão, bem como sua solicitação para que projetos, planos, propostas e programas acadêmicos tenham o selo e a régua dos ODS (PUC, 2023b). A seguir, são apresentados os resultados obtidos a partir da submissão dos documentos que regem as políticas da PUC-SP, isto é, seu Estatuto, Regimento Geral e o PDI 2020-2024, em vigência atualmente, à plataforma supracitada.

3.3.2 A anexação do Estatuto da PUC-SP ao *SDG Mapper*

Em relação à submissão do Estatuto da PUC-SP à ferramenta, foram encontrados 9 termos pertencentes à matriz de termos dos ODS. Os resultados demonstraram a predominância do ODS 4 (Educação de Qualidade), com 7 ocorrências de termos, representando 77,8% de relevância no documento, seguido do ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e do ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), com a ocorrência de um termo cada, representando 11,1% de importância no Estatuto, conforme ilustra o Gráfico 1.

requer uma abordagem coordenada e coerente, para a qual são necessárias ferramentas estruturadas de gestão do conhecimento (Comissão Europeia, [b]).

Gráfico 1 – Relevância dos ODS no Estatuto da PUC-SP



Fonte: SDG Mapper, 2023a.

Em primeiro lugar, a relação com o ODS 4 é explicada pelo fato de que a política educacional promovida pela PUC-SP é considerada uma maneira de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos, como proposto por esse Objetivo (Nações Unidas Brasil, c2023b). Nesse âmbito, a oferta de cursos de aprimoramento contribui para a meta 4.4, que propõe o aumento substancial do número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo (Nações Unidas Brasil, c2023b).

Em seguida, a provisão de bolsas de estudo aos discentes é considerada uma política que contribui para a meta 4.b, que busca ampliar substancialmente o número de bolsas de estudo para o ensino superior em países em desenvolvimento (Nações Unidas Brasil, c2023b). Por fim, o respeito a toda pessoa envolvida no convívio universitário, que faz parte do regime disciplinar da universidade (Estatuto da PUC-SP, p. 39, Art. 102, Inciso I), é tido como uma contribuição para a meta 4.5, que diz respeito à busca pela eliminação das disparidades de gênero na educação (Nações Unidas Brasil, c2023b).

Entretanto, em contraposição ao diagnóstico realizado pelo *SDG Mapper*, considera-se que o ODS mais compatível com tal diretriz é o ODS 10 (Redução das Desigualdades), em

razão de a orientação institucional não se referir especificamente a mulheres, mas a todos. Em vista disso, julga-se que a meta que mais corresponde a essa orientação é a meta 10.2, pertencente ao ODS 10 (Redução das Desigualdades), que se refere a “empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra” (Nações Unidas Brasil, c2023c).

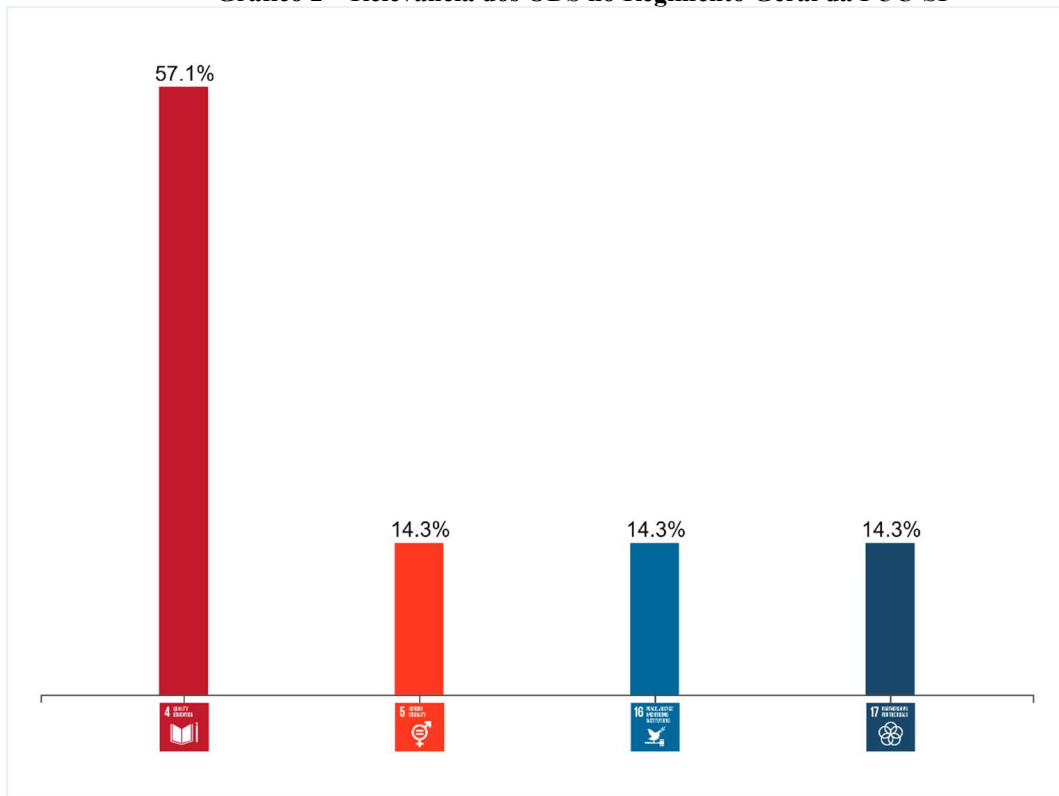
Dando continuidade aos outros ODS identificados pela ferramenta no Estatuto, é verificada uma correlação com o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), que diz respeito a promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos (Nações Unidas Brasil, c2023d). Tal relação é explicada pela consideração de que uma das finalidades da PUC-SP é desenvolver atividades na área da inovação tecnológica (Estatuto da PUC-SP, p. 39, Art. 4º, Inciso XIV), o que contribui para a meta 8.2 desse Objetivo, segundo a qual a modernização tecnológica e a inovação são meios para atingir níveis mais elevados de produtividade das economias (Nações Unidas Brasil, c2023d).

Por fim, a relação com o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) – referente a construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação (Nações Unidas Brasil, c2023e) – é esclarecida pela constatação presente no Estatuto (2019, p. 2, Art. 4º, Inciso II) de que a PUC-SP possui por finalidade realizar investigação e pesquisa científicas, o que colabora para a realização da meta 9.5 desse Objetivo, a qual trata de fortalecer a pesquisa científica, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas (Nações Unidas Brasil, c2023e).

3.3.3 A anexação do Regimento Geral da PUC-SP ao *SDG Mapper*

Em relação ao segundo exercício, isto é, a anexação do Regimento Geral à ferramenta, foram identificados 7 termos pertencentes à matriz de termos dos ODS. Os resultados demonstraram compatibilidade com os seguintes ODS, respectivamente: o ODS 4 (Educação de Qualidade) com 4 termos, correspondendo a 57,1% do documento; e os ODS 5 (Igualdade de Gênero), 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação) com uma ocorrência de termo, cada um correspondendo à proporção de 14,3% de importância no documento, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Relevância dos ODS no Regimento Geral da PUC-SP



Fonte: SDG Mapper, 2023b.

A predominância do ODS 4 se explica pelos seguintes fatores. Em primeiro lugar, o subsídio a planos de capacitação docente, previsto na Avaliação Contínua da docência, contribui à meta 4.c do ODS 4, que diz respeito a aumentar o contingente de professores qualificados nos países em desenvolvimento (Nações Unidas Brasil, c2023b). Em segundo lugar, o oferecimento de bolsas de estudos da graduação e pós-graduação é uma contribuição à meta 4.b, que pretende ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para o ensino superior dos países em desenvolvimento (Nações Unidas Brasil, c2023b).

Em seguida, considera-se o estabelecimento pela universidade de diretrizes para os corpos docente, discente e administrativo: a promoção dos valores de igualdade e cidadania (Regimento Geral, 2020, p. 63, Art. 211, Inciso I), o respeito à diversidade no âmbito universitário, em especial de raça, etnia, idade, situação social, econômica e cultural, de gênero e orientação sexual, de orientação religiosa e de pessoas com deficiência (Regimento Geral, 2020, p. 63, Art. 211, Inciso II), e a adoção e incentivo a condutas de cooperação e à cultura da paz (Regimento Geral, 2020, p. 63, Art. 211, Inciso IV). Todas essas orientações de procedimento contribuem para a meta 4.7, a qual prescreve a promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural como meios para que os

alunos adquiram os conhecimentos e as habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável (Nações Unidas Brasil, c2023b).

Em continuidade a isso, o *SDG Mapper* verificou a contribuição da universidade para o ODS 5 (Igualdade de Gênero), uma vez que a diretriz institucional, direcionada aos corpos docente discente e administrativo da universidade, de combater condutas agressivas, nocivas ou quaisquer manifestações desrespeitosas e discriminatórias, que promovam, direta ou indiretamente, a desigualdade e o assédio moral e sexual (Regimento Geral, 2020, p. 63, Art. 211, Inciso III), é considerada uma colaboração para a meta 5.2, a qual almeja eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres nas esferas públicas e privadas (Nações Unidas Brasil, c2023f).

Em sequência aos ODS 4 e 5, a relação de compatibilidade com o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) é compreensível mediante a consideração da prescrição pelo Regimento Geral (2020, p. 63, Art. 211, Inciso V) do respeito ao Código de Ética, ao Programa de Integridade, e ao Programa Anticorrupção, estabelecidos pela Fundação São Paulo, o que contribui para a meta 16.5, concernente à redução substancial da corrupção e do suborno em todas as suas formas (Nações Unidas Brasil, c2023g).

Por último, a contribuição para o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) é explicada pela cooperação em pesquisas pela PUC-SP, haja vista que a Assessoria de Relações Internacionais e Institucionais (ARII) da universidade possui como competências a cooperação acadêmica nacional e internacional e a realização de projetos e parcerias interinstitucionais (Regimento Geral, 2020, p. 14, Art. 37, Inciso II), cuja realização é entendida como uma colaboração para a meta 17.6, que incentiva melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul, triangular regional e internacional e aumentar o compartilhamento de conhecimentos mutuamente acordados (Nações Unidas Brasil, c2023h).

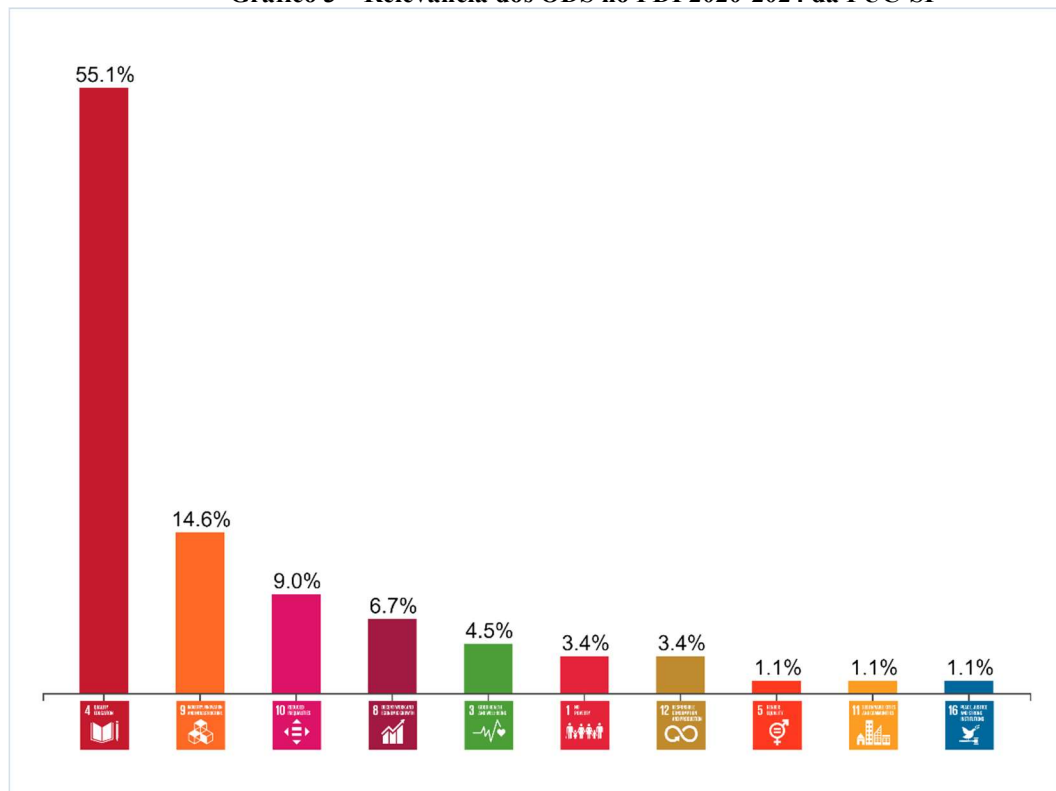
3.3.4 A anexação do PDI 2020-2024 da PUC-SP ao *SDG Mapper*

Em relação ao terceiro exercício realizado pelo *SDG Mapper*, isto é, a compatibilização do PDI 2020-2024 aos ODS, foram identificados mais termos que os exercícios anteriores (89 no total), em razão de ser um documento mais rico em detalhes no tocante às políticas da universidade, uma vez que consiste em um instrumento de planejamento e gestão construído com a finalidade de orientar os gestores quanto aos objetivos a serem cumpridos no quinquênio (PDI 2020-2024, 2023, p. 6), e não meramente um documento constitucional da universidade,

como o Estatuto e o Regimento Geral. Assim, foram contabilizados mais Objetivos compatíveis com o documento, 10 ao todo.

Como nos demais exercícios, encontrou-se que o ODS com maior prevalência (55,1%) no documento foi o ODS 4 (Educação de Qualidade), sendo encontrados 49 termos pertencentes a esse grupo. Em sequência, sucederam: o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), com 13 ocorrências de termos, representando 14,6% de relevância no documento; o ODS 10 (Redução de Desigualdades), com 8 ocorrências, representando 9%; o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), com 6 ocorrências, representando 6,7%; o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), com 4 ocorrências, em 4,5%; os ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) com 3 ocorrências cada, representando 3,4%; e os ODS 5 (Igualdade de Gênero), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) com uma ocorrência, cada um representando 1,1% de relevância no PDI 2020-2024, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Relevância dos ODS no PDI 2020-2024 da PUC-SP



Fonte: SDG Mapper, 2023c.

Em relação ao ODS com maior prevalência no documento, isto é, o ODS 4, tal fato pode ser explicado pelas seguintes razões. Em primeiro lugar, em sua concepção formativa, a PUC-SP contribui para o fornecimento de uma educação de qualidade, que é o intuito do ODS 4. A

esse respeito, o planejamento estratégico da graduação para o período compreendido pelo Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 estabelece objetivos e metas que visam, dentre outras finalidades, “o crescimento da graduação na universidade, sempre voltado à diversificação de áreas de atuação e formação, assim como à *qualificação* e excelência dos cursos” (PDI 2020-2024, 2023, p. 37, grifo próprio). Nesse sentido, a universidade afirma valorizar a

qualificação, presencial ou a distância, que leve o estudante a desenvolver sua capacidade de lidar com problemas e buscar soluções, assegurada pelo rigor teórico, metodológico e técnico na apreensão, na sistematização e na produção de conhecimentos específicos de cada área e na sua articulação com as demais áreas da Universidade (PDI 2020-2024, 2023, p. 42, grifo próprio).

Em segundo lugar, ao oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu* (também chamados de cursos de especialização), como MBA, residência médica e residência em área profissional da saúde, bem como cursos de educação continuada (aperfeiçoamento, aprimoramento e extensão), a universidade responde a demandas sociais por ampliação, aprofundamento e atualização profissional nas diversas áreas profissionais (PDI 2020-2024, 2023, p. 40). Ademais, a política de internacionalização da universidade prevê a qualificação dos estudantes em práticas e protocolos profissionais de diferentes países (PDI 2020-2024, 2023, p. 44).

Assim, o fornecimento pela PUC-SP da complementação de estudos e capacitação profissional constitui uma contribuição à meta 4.4, que busca “aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo” (Nações Unidas Brasil, c2023b).

Em terceiro lugar, conforme o PDI 2020-2024 (2023, p. 50), a PUC-SP “busca assegurar a inclusão de todos os estudantes vindos dos vários segmentos sociais, mediante esforço sistemático de garantia de acesso, permanência e sucesso acadêmico do corpo discente”. Nesse sentido, “implantou [...] cotas étnico-raciais para a graduação e pós-graduação *stricto sensu*, com o objetivo de estabelecer bolsas a alunos pretos, pardos e indígenas, bem como várias políticas de apoio à permanência de seus estudantes” (PDI 2020-2024, 2023, p. 10).

A esse respeito, a PUC-SP oferece bolsas próprias e bolsas mediante os programas do governo “Programa Universidade para Todos” (ProUni) e “Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior” (FIES), e possui o Fundo de Bolsas “Ser PUC”, a partir do qual ex-alunos, funcionários, professores da PUC-SP e demais interessados financiam por um ano a

permanência na PUC-SP de jovens matriculados nos cursos de graduação que não possuem condições financeiras de arcar com suas mensalidades (PDI 2020-2024, 2023, p. 50). Tal política de inclusão e permanência discente por meio do oferecimento de bolsas é considerada uma contribuição à meta 4.b, que envolve a ampliação global de bolsas de estudo para o ensino superior dos países em desenvolvimento (Nações Unidas Brasil, c2023b).

Ainda nesse seguimento, a PUC-SP destina 30% das vagas a estudantes afrodescendentes e indígenas e, por intermédio do Programa Pindorama, acolhe estudantes de diferentes etnias indígenas, incluindo mais de 200 estudantes em cursos de graduação (PDI 2020-2024, 2023, p. 53). Assim, sua política de atendimento aos discentes é considerada uma contribuição à meta 4.5, que almeja “garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência e povos indígenas” (Nações Unidas Brasil, c2023b).

Em relação à organização didático-pedagógica dos cursos de graduação, a PUC-SP contribui diretamente para a meta 4.7, que propõe a educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, para valorização dos direitos humanos e diversidade cultural, e a cultura para o desenvolvimento sustentável como meios para que os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável (Nações Unidas Brasil, c2023b), pois ela considera:

a inserção de Libras e de temas transversais, sobretudo aqueles relacionados à Educação Ambiental, à Educação em Direitos Humanos, ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, garantindo-se, dessa forma, a convivência com diferenças sociais, intelectuais e culturais (PDI 2020-2024, 2023, p. 34).

Por fim, as políticas da PUC-SP contribuem para o cumprimento da meta 4.c, que busca aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento (Nações Unidas Brasil, c2023b). Nesse âmbito, a pós-graduação da PUC-SP provê qualificação docente desde a sua criação, em 1969, a estudantes de todo o Brasil – e do exterior –, ou mesmo docentes de outras instituições de ensino superior (PDI 2020-2024, 2023, p. 32). De igual modo, a graduação é orientada por um plano de qualificação de seus docentes, tendo em vista a atualização constante e o aprimoramento técnico-pedagógico (PDI 2020-2024, 2023, p. 37).

Ainda nesse quesito, entre as décadas 1990 e 2000 a PUC-SP criou o seu Projeto Institucional de Formação de Professores da Educação Básica (PIFPEB), e entre 2011 e 2017 participou do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), criado com o objetivo

de fomentar formação qualificada em nível superior para os professores da rede pública estadual e municipal (PDI 2020-2024, 2023, p. 9). Nesse contexto, a PUC-SP também “manteve seu compromisso com a qualificação de intelectuais e cientistas ampliando seus cursos de mestrado e doutorado, bem como os cursos de especialização e pós-graduação *lato sensu* e de residência médica” (PDI 2020-2024, 2023, p. 9).

Além disso, programas de capacitação, tais como oficinas voltadas ao uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e metodologias de ensino diversificadas, tem sido promovidos aos docentes da PUC-SP a fim de multiplicar recursos e estratégias para sua atuação (PDI 2020-2024, 2023, p. 19). Outrossim, a política de internacionalização da universidade apoia a qualificação dos docentes em práticas e protocolos profissionais de diferentes países, por meio do desenvolvimento de programas e projetos interdisciplinares internacionais de curta duração (PDI 2020-2024, 2023, p. 44).

Em sequência ao ODS 4, o segundo ODS identificado pela anexação do PDI 2020-2024 ao *SDG Mapper* foi o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura). Tal resultado se explica pelas seguintes razões. Em primeiro lugar, a PUC-SP garante acesso à internet a toda a comunidade de professores, pesquisadores, alunos e corpo administrativo em seus *campi*, que contam com cerca de 3.700 equipamentos, entre computadores e notebooks (PDI 2020-2024, 2023, p. 25). Ainda nesse quesito, são disponibilizados para toda a comunidade os serviços de e-mail (Microsoft Office 365), navegação web, bibliotecas virtuais e bases de consultas, VPN, plataforma colaborativa de bate-papo, videoconferência e armazenamento via Microsoft Teams, Moodle, entre outros (PDI 2020-2024, 2023, p. 24). Todas essas provisões são contribuições para a meta 9.c, que busca aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação (Nações Unidas Brasil, c2023e).

Em segundo lugar, a universidade contribui para o fortalecimento da pesquisa científica ao participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), além de vários outros programas de apoio a estudantes de graduação e pós-graduação. No âmbito da pós-graduação, a PUC-SP prevê a ampliação e a qualificação da pesquisa com finalidade didática, científica e tecnológica, “com destaque ao desenvolvimento de pesquisas “aplicadas”, mais diretamente voltadas à produção de bens e serviços, assim como ao *desenvolvimento tecnológico*” (PDI 2020-2024, 2023, p. 37, grifo próprio). Quanto aos objetivos e metas previstos para tal, incluem-se:

- a consolidação e a ampliação de redes de pesquisa nacionais e internacionais, com projetos e atividades regulares, sobretudo, regularidade em produção científica;
- a ampliação da produção científica qualificada, vinculada a indicadores internacionais, bem como ampliação da produção técnica compatível com parâmetros de qualificação das diferentes áreas;
- [...]
- a ampliação do número de docentes dos PEPG [Programas de Estudos Pós-Graduados] com reconhecida excelência na atividade de pesquisa científica, por meio do incentivo à participação em projetos de pesquisa nos âmbitos nacional e internacional, bem como à obtenção de fomentos externos de agências nacionais e estrangeiras;
- [...]
- a ampliação da infraestrutura da pesquisa na Universidade, mediante o oferecimento de suporte à obtenção de fomentos externos, orientação e formação continuadas em metodologias, recursos, produção científica e edição de periódicos (PDI 2020-2024, 2023, p. 39).

Além de fortalecer a pesquisa, a PUC-SP confere importância à tecnologia e inovação, apesar de clarificar que concebe a tecnologia sempre como um meio e não um fim em si mesma (PDI 2020-2024, 2023, p. 43). Nesse âmbito, a universidade busca expandir a atuação da Educação Continuada, tendo como meta aumentar o número de cursos de especialização em áreas específicas, incluindo dois cursos na área de Inovação e Tecnologia e um curso na área de desenvolvimento social; e conta com um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em conjunto ao campus Sorocaba, localizado no Parque Tecnológico de Sorocaba (PDI 2020-2024, 2023, p. 21). Dessa forma, todas essas práticas constituem contribuições à meta 9.5, que almeja:

Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive [...] incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento (Nações Unidas Brasil, c2023e).

Em seguimento aos ODS identificados pelo *SDG Mapper* no PDI 2020-2024, consta o ODS 10 (Redução de Desigualdades), que busca “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles” (Nações Unidas Brasil, c2023c). Nesse âmbito, a PUC-SP tem tido preocupação com a inclusão em todos os segmentos da comunidade universitária, considerando que “a elaboração de uma política inclusiva deve propor alternativas que diminuam distâncias intelectuais, sociais ou raciais entre seus gestores, docentes, alunos e funcionários” (PDI 2020-2024, 2023, p. 53). A esse respeito, as políticas inclusivas encontram-se mais consolidadas em relação ao corpo discente, mediante o oferecimento de bolsas em diversas modalidades, como mencionado anteriormente, além de benefícios complementares e outras práticas inclusivas.

Nesse sentido, a adesão pela PUC-SP, em 2005, ao Programa Universidade para Todos (ProUni), do Governo Federal, colabora para a democratização do acesso à educação superior e garante o certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS) à sua Mantenedora, a Fundação São Paulo (PDI 2020-2024, 2023, p. 8). Ademais, a assinatura pela PUC-SP do Pacto pela Inclusão Social de Jovens Negros e Negras no mercado de trabalho, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, o qual “consiste na integração a uma rede facilitadora formada por empresas, sindicatos, universidades, entidades dos movimentos negros e organizações sociais, com o objetivo de aproximar quem quer contratar e quem precisa ser contratado” otimiza a inclusão qualificada desse grupo no mercado de trabalho (PDI 2020-2024, 2023, p. 53).

Tais iniciativas voltadas à inclusão colaboram para a meta 10.2, que busca empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da raça, condição econômica ou outra (Nações Unidas Brasil, c2023c). Além disso, a PUC-SP estabelece diretrizes contra discriminação e desigualdade, o que contribui para meta 10.3, que prescreve a eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias como meio de garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados (Nações Unidas Brasil, c2023c).

Em seguida, é considerado relevante no PDI 2020-2024 o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). Em primeiro lugar, isso se deve ao fato de que os cursos propostos pelas unidades acadêmicas da universidade buscam estar alinhados às necessidades de desenvolvimento social e econômico da região, do estado e do país em que se insere a PUC-SP (PDI 2020-2024, 2023, p. 32-33). Dessa forma, a produção de conhecimento no âmbito da PUC-SP possui a pretensão de inserção dos jovens universitários no mercado de trabalho, que, por sua vez, contribuirão para o crescimento econômico. Assim, é contemplada a meta 8.1, que diz respeito a sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais (Nações Unidas Brasil, c2023d).

Em segundo lugar, ao relembrar o Artigo 4º do Estatuto da PUC-SP, que declara que o desenvolvimento de atividades na área da inovação tecnológica é uma das finalidades da instituição, o PDI 2020-2024 (2023, p. 12) colabora para a meta 8.2, segundo a qual a modernização tecnológica e a inovação são meios para atingir níveis mais elevados de produtividade das economias (Nações Unidas Brasil, c2023d).

Em terceiro lugar, em um cenário no qual a participação da população em empregos formais é de aproximadamente 64% em serviços, 12% na indústria e 18% no comércio (SEADE

apud PDI 2020-2024, 2023, p. 31), e no qual 31,6% da população possui rendimento mensal per capita de até meio salário-mínimo (IBGE, 2010 *apud* PDI 2020-2024, 2023, p. 31), “a inserção da PUC-SP concretiza-se pelo número de egressos que se inserem no mercado de trabalho ou pela porcentagem de seus estudantes (aproximadamente 38%) que realizam estágio supervisionado em grandes empresas da região, associando o ensino à profissionalização” (PDI 2020-2024, 2023, p. 31).

Tal prática é correlacionada às metas 8.3, que busca “promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação” (Nações Unidas Brasil, c2023d) e 8.5, que visa “alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens” (Nações Unidas Brasil, c2023d).

Em seguida, o próximo ODS identificado no PDI 2020-2024 é o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), que busca “garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” (Nações Unidas Brasil, c2023i). Nesse âmbito, a PUC-SP zela pela saúde física e psicológica das pessoas com deficiência, tendo como meta ampliar ações para dar suporte aos colaboradores com deficiência em questões psicossociais (PDI 2020-2024, 2023, p. 97), e atua na educação de surdos e no atendimento clínico a pessoas com alterações de audição, voz e linguagem por meio do trabalho desenvolvido em sua unidade extensionista “Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação” (DERDIC) (PDI 2020-2024, 2023, p. 21). Ademais, a PUC-SP possui a unidade extensionista Clínica Psicológica “Ana Maria Poppovic”, que oferece atendimento psicológico gratuito, em sua maioria, à população sem acesso a esse tipo de serviço (PDI 2020-2024, 2023, p. 32). Tais atividades contribuem para a meta 3.4, que busca promover a saúde mental e o bem-estar (Nações Unidas Brasil, c2023i).

Outrossim, a PUC-SP mantém uma unidade suplementar ao campus Sorocaba: o Hospital Santa Lucinda (HSL), vinculado à Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde, onde estagiam estudantes de graduação e pós-graduação (PDI 2020-2024, 2023, p. 22). O HSL atende a convênios particulares, bem como possui parceria com a Prefeitura Municipal para atendimento direcionado ao Sistema Único de Saúde (SUS), o que torna o hospital importante referência à população, tendo em vista que, na região, registrou-se o coeficiente de 1,6 leitos para cada mil habitantes (PDI 2020-2024, 2023, p. 32). Ao prover a realização de exames laboratoriais, consultas médicas, cirurgias e internações, o Hospital contribui para a meta 3.d, que diz respeito a “reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em

desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde” (Nações Unidas Brasil, c2023i).

Em continuidade a isso, consta no PDI 2020-2024 o ODS 1 (Erradicação da Pobreza), que almeja “erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares” (Nações Unidas Brasil, c2023j). Em primeiro lugar, em vista da pandemia de covid-19, que demonstrou a desigualdade econômica e social da realidade brasileira, a PUC-SP passou a refletir sobre a necessidade de implementar políticas inclusivas que atendam não apenas os estudantes, mas também o corpo docente e técnico-administrativo (PDI 2020-2024, 2023, p. 54).

Nesse sentido, o PDI 2020-2024 declara a intenção de elaborar um mapeamento na comunidade, por meio de um censo, a ser aplicado aos docentes e funcionários, a fim de fornecer subsídios na direção de implementar novas políticas inclusivas abrangendo esses segmentos (PDI 2020-2024, 2023, p. 54). Tal delineamento indica a pretensão de gerar inclusão digital, bem como de fornecer outros serviços básicos aos que carecem deles na comunidade universitária, o que constitui um passo em direção à meta 1.4 desse ODS, a qual propõe garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham acesso a serviços básicos e novas tecnologias apropriadas (Nações Unidas Brasil, c2023j).

Em segundo lugar, situada tanto na dimensão de formação e ensino quanto na dimensão da política de inclusão, o PDI 2020-2024 (2023, p. 63, 96) possui como objetivo ampliar a política acadêmica de apoio ao discente e, para tal, uma de suas metas é consolidar o programa de apoio acadêmico a pessoas com deficiência (PcD) e pessoas vulneráveis. Essa meta colabora para a realização da meta 1.5 desse ODS, que pretende, até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade (Nações Unidas Brasil, c2023j).

Na sequência, o ODS considerado relevante no PDI 2020-2024 é o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), que visa assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis (Nações Unidas Brasil, c2023k). Nesse âmbito, o intento de reduzir o número de copos plásticos utilizados anualmente nos *campi* da PUC-SP, a serem substituídos por copos de materiais recicláveis ou reutilizáveis, constitui uma contribuição para a meta 12.5, que busca reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso (Nações Unidas Brasil, c2023k).

Outrossim, a educação para a sustentabilidade e a educação ambiental são tidas como meios de considerar a dimensão social da sustentabilidade na formação e no ensino (PDI 2020-2024, 2023, p. 55), contribuindo para a meta 12.8, que almeja “garantir que as pessoas, em

todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza” (Nações Unidas Brasil, c2023k).

A relevância do ODS 5 no PDI 2020-2024, por sua vez, se deve ao estabelecimento pela PUC-SP de diretrizes contra assédio moral e sexual, o que contribui para a realização da meta 5.2 desse Objetivo, que visa “eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos” (Nações Unidas Brasil, c2023f).

Em seguida, pode ser visto no PDI 2020-2024 o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), que se refere a “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (Nações Unidas Brasil, c2023l). Quanto a essa correlação, cabe dizer que a sede da PUC-SP é localizada em São Paulo, cidade que, embora caracterizada como polo financeiro e comercial, ainda possui áreas de pobreza, consequência de sua própria história de crescimento (PDI 2020-2024, 2023, p. 31). Nesse âmbito, consciente dessa situação, a PUC-SP procura responder às demandas da região na qual se insere desenvolvendo projetos e programas por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão que visam à diminuição das fragilidades sociais (PDI 2020-2024, 2023, p. 31).

Em específico, a universidade “mantém uma coordenadoria especializada em projetos especiais que atua na periferia de São Paulo por meio de assessorias para a realização de ações que visam ao desenvolvimento social” (PDI 2020-2024, 2023, p. 32). Portanto, tal estratégia apoia relações sociais entre diferentes áreas da cidade, reforçando um planejamento de desenvolvimento no âmbito local. Essa iniciativa é considerada compatível com a meta 11.a, que objetiva “apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento” (Nações Unidas Brasil, c2023l).

Por fim, o último ODS identificado nas políticas da PUC-SP é o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), em vista da prestação de contas institucional. Nesse aspecto, a PUC-SP faz parte do Sistema Federal de Ensino Superior e, como tal, responde a avaliações vinculadas ao Ministério da Educação (MEC): as do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), no que diz respeito aos cursos de graduação e desempenho acadêmico dos estudantes, e as da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no âmbito da pós-graduação (PDI 2020-2024, 2023, p. 58).

Nesses termos, a PUC-SP possui Comissão Própria de Avaliação (CPA) com a atribuição de conduzir os “processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e

de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Educação Superior (INEP)” (Brasil *apud* PDI 2020-2024, 2023, p. 58). Conforme estabelecido legalmente, a CPA deve concluir o ciclo avaliativo a cada três anos, sendo sua competência “conduzir os processos de autoavaliação institucional, em articulação com a comunidade acadêmica, construindo, aperfeiçoando e coordenando a aplicação dos instrumentos de avaliação necessários à avaliação das diferentes dimensões institucionais” (PDI 2020-2024, 2023, p. 58). Como constata o PDI 2020-2024 (2023, p. 58), o intuito dessa autoavaliação institucional é:

contribuir para a construção e consolidação de um sentido comum de Universidade, contemplando aspectos sociais, políticos, filosóficos e éticos da ação e gestão educativa, bem como fornecer subsídios para a contínua e sistemática reflexão sobre a realidade institucional com vistas ao aperfeiçoamento da qualidade do ensino, pesquisa e extensão (PDI 2020-2024, 2023, p. 59).

Quanto ao PDI, este é submetido a acompanhamento e revisão pela Reitoria e Pró-Reitorias, sendo responsabilidade da Pró-Reitoria de Planejamento e Avaliação Acadêmicos a contínua análise do cumprimento dos objetivos e metas propostas para o período de 2020 a 2024 (PDI 2020-2024, 2023, p. 59-60). Nesse sentido, os dados e indicadores coletados até o momento são monitorados por um Escritório de Dados sob a direta supervisão da Reitoria (PDI 2020-2024, 2023, p. 60). Dessa forma, a combinação entre a avaliação interna realizada pela CPA, Reitoria e Vice-Reitorias, e a avaliação externa promovida pelos órgãos de avaliação do MEC colaboram para a meta 16.6, que se refere a “desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis” (Nações Unidas Brasil, c2023g).

3.3.5 Discussão dos resultados

A partir do diagnóstico dos documentos institucionais da PUC-SP realizado pelo *SDG Mapper*, algumas considerações são cabíveis. A princípio, não foram encontradas referências aos termos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” ou “Agenda 2030” em nenhum dos três documentos anexados ao *SDG Mapper*, entretanto, foram identificados termos relacionados aos seus Objetivos e metas, a partir dos quais foi possível contextualizá-los aos ODS. Em termos da compatibilização das políticas da PUC-SP com os ODS, houve convergência quanto ao ODS predominante, uma vez que a análise dos vocábulos presentes nos documentos da PUC-SP pelo *SDG Mapper* denota que estes pertencem majoritariamente ao ODS 4 (Educação de Qualidade).

Em menor medida, foram encontrados outros ODS: 1 (Erradicação da Pobreza), 3 (Saúde e Bem-Estar), 5 (Igualdade de Gênero), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 10 (Redução de Desigualdades), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Em contrapartida, ao ilustrar os ODS presentes, a análise também revela lacunas, ou seja, as políticas da PUC-SP não abrangem os demais ODS adequadamente.

Em geral, como discutido previamente, em razão de o Estatuto e o Regimento Geral da PUC-SP serem documentos fundacionais da universidade e não abrangerem detalhamentos acerca das políticas a serem implementadas pela PUC-SP, como o PDI, os dois primeiros diagnósticos feitos pelo *SDG Mapper* não abrangeram todos os ODS compatíveis com as políticas da PUC-SP, os quais foram apenas contemplados no terceiro exercício, que identificou 10 ODS, sendo, portanto, o mais completo.

Em relação ao Regimento Geral, considera-se que a compatibilização do ODS 5 (Igualdade de Gênero) com a diretriz prescrita pelo Inciso III do Art. 211, referente a combater condutas que promovam o assédio moral e sexual, revela-se pertinente, dado que a maior parte das vítimas de violência – psicológica, física ou sexual – no Brasil são mulheres (Agência de Notícias IBGE, 2021). Porém, uma vez que a diretriz busca combater práticas discriminatórias, a análise deveria incluir também a meta 5.1, que busca acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres (Nações Unidas Brasil, c2023f). Ademais, uma vez que a prescrição não se refere apenas às mulheres, a diretriz institucional é compatível com a meta 10.3 do ODS 10 (Redução das Desigualdades), a qual prevê a eliminação de práticas discriminatórias, referindo-se a todas as pessoas (Nações Unidas Brasil, c2023c).

Ainda no que se refere ao Regimento, considera-se que a compatibilidade com a meta 17.6, identificada pela ferramenta, não levou em conta o fato de que o compartilhamento de conhecimentos em termos da cooperação em pesquisa internacional fomentada pela universidade diferencia-se do compartilhamento de conhecimentos mutuamente acordados no âmbito do acesso à ciência, tecnologia e inovação, que é o sentido original da meta prescrita por esse ODS (Parcerias e Meios de Implementação). Por fim, considera-se que, apesar de suas limitações metodológicas, o *SDG Mapper* cumpriu com o objetivo proposto para sua utilização, isto é, foi capaz de compatibilizar as políticas da PUC-SP com os ODS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A institucionalização da agenda 2030 nos âmbitos internacional, nacional e local tem levado os mais diversos atores a adotarem práticas em direção ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse âmbito, o ensino superior tem se engajado na promoção de iniciativas em direção à sustentabilidade ambiental, social e econômica, seja no eixo acadêmico, referente a ensino e pesquisas, seja no operacional, relativo à gestão sustentável do campus. A realidade brasileira inclui-se nesse cenário, entretanto, as ações promovidas ainda se apresentam como casos isolados, demonstrando a falta de políticas de sustentabilidade pela maioria das universidades do país.

O estudo de caso da PUC-SP demonstrou que a instituição não está alheia ao seu papel no que diz respeito à incorporação da sustentabilidade. A esse respeito, a PUC-SP incorpora a sustentabilidade a partir dos eixos: do ensino, incluindo temas transversais relacionados à Educação Ambiental em cursos da graduação e cursos de especialização e promovendo eventos na temática; da produção de pesquisas, com atualmente 1 periódico ativo; e da extensão, mediante a oferta de cursos à comunidade.

Em termos de planejamento institucional e vivência nos *campi*, destaca-se como ponto positivo a presença de interesse institucional pela causa da sustentabilidade, que foi adicionada como uma nova dimensão do Plano de Desenvolvimento Institucional da gestão 2020-2024. Nesse âmbito, a universidade delineou a intenção de criar um Plano de Sustentabilidade e Meio Ambiente para todos os *campi* da PUC-SP, e de substituir copos descartáveis por copos recicláveis. Ainda, há indícios de que a coleta seletiva de lixo, atualmente implementada parcialmente no campus Monte Alegre, deverá ser ampliada.

Em relação à sua contribuição para os ODS, a utilização do *SDG Mapper* revelou a liderança assumida pelo ODS 4 (Educação de Qualidade), um resultado que não é surpreendente, uma vez que, no âmbito do que lhe compete como universidade, sua missão fundamental é prover educação de qualidade aos seus alunos. Para além disso, a qualificação promovida pelo ensino gera mão de obra qualificada que será inserida no mercado de trabalho, contribuindo para o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). A relevância ocupada pelo ODS 10 (Redução de Desigualdades), por sua vez, tampouco é inesperada, pois, conforme discutido anteriormente, a sustentabilidade referida no PDI 2020-2024 possui um enfoque acentuado na luta contra a desigualdade.

Dessa forma, apesar da incipiência no que concerne a implementação de práticas sustentáveis nos *campi*, a PUC-SP acrescenta valor às discussões na temática de forma singular em razão do destaque que direciona à dimensão social da sustentabilidade, reconhecendo que para se chegar ao desenvolvimento sustentável não basta apenas o uso de energias limpas, a redução do consumo de água ou a construção de prédios ecologicamente eficientes, mas também a diminuição da pobreza e da desigualdade.

Nesse aspecto, a PUC-SP possui relevante contribuição social, pois promove uma educação direcionada ao impacto social, uma vez que fornece importantes serviços à comunidade interna e externa, nas áreas de saúde, assistencial e jurídica, e possui políticas direcionadas a pessoas portadoras de deficiências, negros e indígenas, oferecendo para estes últimos dois grupos bolsas integrais em cursos de graduação e pós-graduação, que têm sido um importante instrumento de sua qualificação e inclusão.

Por fim, a partir do estudo da incorporação da sustentabilidade pela PUC-SP, são lembradas algumas considerações. Ao longo do trabalho, reforçou-se o entendimento de que a sustentabilidade nas universidades está mais propensa a avançar quando há um senso partilhado, entre os mais diversos atores, de responsabilidade em relação a ela. Nesse sentido, parcerias entre universidades e com outros atores podem ajudar a acelerar a implementação dos ODS, capacitando o ensino superior a realizar uma maior contribuição para a Agenda 2030.

Em relação à PUC-SP, recorda-se que a adoção de procedimentos formais para a formação de *networking* internacional em sustentabilidade a partir de IES parcerias do CCU que são referências em sustentabilidade é um elemento chave para pensar as práticas institucionais da universidade. Ainda, recomenda-se à PUC-SP a criação de uma rede de *alumni* em sustentabilidade a fim de formar parcerias com empresas e organizações relevantes na área ambiental que colaborem para inovações sustentáveis nos seus *campi*. Ambas as medidas contribuiriam para o ODS 17 (Parcerias de Meios de Implementação).

Em conclusão, este trabalho dialoga com a literatura ao explorar um estudo de caso que ilustra a realidade nacional da incorporação da sustentabilidade pelas universidades. Assim, dada a inserção da PUC-SP no estado de São Paulo e no país como instituição de ensino superior comprometida socialmente e relevante academicamente, analisou-se a forma como a PUC-SP contribui para a incorporação da sustentabilidade.

Para além disso, este trabalho contribui com originalidade para a literatura ao analisar a forma como as iniciativas da atual gestão da PUC-SP estão semanticamente ligadas à Agenda 2030 e aos ODS, o que pode ser instrumentalizado como guia reflexivo para a futura formulação

de políticas pelos gestores universitários. Espera-se que a pesquisa realizada, bem como suas recomendações, sirva de contribuição à contínua incorporação da sustentabilidade pela PUC-SP.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde. Violência atingiu 29,1 milhões de pessoas em 2019, mulheres, jovens e negros são as principais vítimas. **Agência de Notícias IBGE**, [S. l.], n. p., 07 mai. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30658-violencia-atingiu-29-1-milhoes-de-pessoas-em-2019-mulheres-jovens-e-negros-sao-as-principais-vitimas>. Acesso em: 14 nov. 2023.

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**: de acordo com a Resolução nº 44/228 da Assembleia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento: a Agenda 21. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. Série ação parlamentar; n. 56. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/528199/mod_resource/content/0/Agenda%2021.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

AMARAL, L. P.; GOUVEIA, J. B.; MARTINS, N. Quest for a sustainable university: a review. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 16, n.2, p. 155-172, mar. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1108/IJSHE-02-2013-0017>.

BEER, D. L. *et al.* Change from below – student initiatives for universities in sustainable development. In: LEAL FILHO, W. (ed.). **Sustainable Development at Universities: new Horizons**. Frankfurt: Peter Lang Scientific Publishers, 2012. p. 733-742.

BRANDLI, L.; TAUCHEN, J. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Revista Gestão & Produção**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 503-515, dez. 2006.

BRASIL, 2002. Grupo de trabalho Rio +10. De Estocolmo a Joanesburgo. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/acoesadministrativas/relatoriogestao/rio10/riomaisdez/index.php.35.html>. Acesso em: 21 jun. 2023.

BRASIL. Comitê Nacional de Organização Rio+20. Rio de Janeiro, 2012. Sobre a Rio+20. Disponível em: http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre_a_rio_mais_20/sobre-a-rio-20.html. Acesso em: 21 jun. 2023.

CHASEK, Pamela S.; DOWNIE, David L.; BROWN, Janet W. **Global environmental politics**. 7 ed. Nova Iorque: Routledge, 2017.

CLAUDINO-SALES, V. de. A URGÊNCIA DO ANTROPOCENO. **Revista de Geociências do Nordeste**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 213–222, 2020. DOI: 10.21680/2447-3359.2020v6n2ID22217. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/22217>. Acesso em: 21 jun. 2023.

COMISSÃO EUROPEIA [a]. JRC (JOINT RESEARCH CENTER). Know SDGs. Disponível em: <https://knowsdgs.jrc.ec.europa.eu/>. Acesso em: 12 out. 2023.

COMISSÃO EUROPEIA [b]. JRC (JOINT RESEARCH CENTER). SDG Mapper. Disponível em: <https://knowsdgs.jrc.ec.europa.eu/sdgmapper>. Acesso em: 12 out. 2023.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

ESTATUTO DA PUC-SP (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO). São Paulo: 24 de abril de 2019. Disponível em: https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/Estatuto_PUC-SP.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

ELKINGTON, John. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. 1 ed. Oxford: Capstone, 1997.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, Art. 7, p. 667-681, jul./set. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395157473>. Acesso em: 18 nov. 2022.

FERRER-BALAS, D. *et al.* Going beyond the rhetoric: system-wide changes in universities for sustainable societies, **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 18, n. 7, p. 607-610, mai. 2010. DOI: 10.1016/j.jclepro.2009.12.009.

FOLHA DE S. PAULO. Ranking de Universidades, Selecione as categorias para conferir as melhores universidades no RUF 2023, **Folha de S. Paulo**, [S. l.], n. p., 13 nov. 2023. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2023/ranking-de-universidades/principal/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

FOUTO, A. R. F. **O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável: das relações internacionais às práticas locais**. 2002. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais Relações Internacionais do Ambiente) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.

GLOBAL COMPACT. **Who Cares Wins. Connecting Financial Markets to a Changing World**. Recommendations by the financial industry to better integrate environmental, social and governance issues in analysis, asset management and securities brokerage. United Nations Department of Public Information, December 2004.

HAAS, Peter M.; SPETH, James Gustave. **Global environmental governance**. Foundations of contemporary environmental studies. Estados Unidos: Island Press, 2006.

HIGHER EDUCATION FUNDING COUNCIL FOR ENGLAND. **Sustainable development in higher education Consultation on a framework for HEFCE**. Policy development Consultation, nov. 2013/31. Disponível em: https://dera.ioe.ac.uk/18719/1/2013_31.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2019: Divulgação dos resultados**. Brasília: out. 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **IGC 2021**. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/indicadores/resultados/2021/IGC_2021.xlsx. Acesso em: 10 nov. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior de 2022: Divulgação dos resultados**. Brasília: out. 2023. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

J. PUC-SP. PUC-SP participa da Conferência Inaugural do Consórcio de Universidades Católicas (CCU), Evento foi realizado em Roma, de 16 a 18/6, **Jornal da PUC-SP**, [S. l.], n. p., 30 jun. 2022. Disponível em: <https://j.pucsp.br/noticia/puc-sp-participa-da-conferencia-inaugural-do-consorcio-de-universidades-catolicas-ccu>. Acesso em: 16 nov. 2023.

J. PUC-SP. PUC-SP é avaliada com nota máxima em recredenciamento do MEC, Universidade recebeu a nota cinco, **Jornal da PUC-SP**, [S. l.], n. p., 22 jun. 2023. Disponível em: <https://j.pucsp.br/noticia/puc-sp-e-avaliada-com-nota-maxima-em-recredenciamento-do-mec>. Acesso em: 13 nov. 2023.

KATHOLISCHE UNIVERSITÄT EICHSTÄTT-INGOLSTADT. **Inaugural conference for new Consortium of Catholic Universities**, [S. l.], n. p., 30 jun. 2022. Disponível em: <https://www.ku.de/en/news/inaugural-conference-for-new-consortium-of-catholic-universities>. Acesso em: 16 nov. 2023.

LEAL FILHO, Walter; MANOLAS, Evangelos; PACE, Paul. The future we want, **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 16, n. 1, p. 112-129, 2015.

LEAL FILHO, Walter; BRANDLI, Luciana Londero; FRANDOLOSO, Marcos Antonio Leite; KORFAND, Eduardo Pavan; DARIS, Denise. The Environmental Sustainability of Brazilian Universities: Barriers and Pre-conditions. In: Leal Filho, W. *et al.* (eds.), **Integrating Sustainability Thinking in Science and Engineering Curricula: Innovative Approaches, Methods and Tools**. London: Springer International Publishing, 2015. p. 63-74.

LEAL FILHO, W. *et al.* Sustainable Development Policies as Indicators and Pre-Conditions for Sustainability Efforts at Universities: fact or fiction?. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 85-113, jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-01-2017-0002>. Acesso em: 8 mar. 2023.

LOZANO, R. Incorporation and institutionalization of SD into universities: breaking through barriers to change, **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 14, n. 9/11, p. 787-796, mar. 2006. DOI: 10.1016/j.jclepro.2005.12.010.

LOZANO-ROS, R. **Sustainable development in higher education. Incorporation, assessment and reporting of sustainable development in higher education institutions**. Tese (Mestrado) – International Institute for Industrial Environmental Economics (IIIEE), Lund University, Lund, 2003.

MAZON, G. *et al.* The promotion of sustainable development in higher education institutions: top-down bottom-up or neither?. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 21 n. 7, p. 1429-1450, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-02-2020-0061>. Acesso em: 8 mar. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, [s. d.]. Secretaria de Educação Superior. **Estatutos e regimentos das IES – adaptação à LDB. Recomendações**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/eries.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MOORE, Jason W. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis, **The Journal of Peasant Studies**, [S. l.], v. 44, p. 1-38, mar. 2017.

MOURA, M. M. C.; FRANKENBERGER, F.; TORTATO, U. Sustainability in Brazilian HEI: practices overview, **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 20, n. 5, p. 832-841, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-01-2019-0021>. Acesso em: 21 jun. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, 22 jun. 2010. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/66851-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-mil%C3%AAnio>. Acesso em: 21 jun. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 15 set. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 12 out. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **A ONU e o meio ambiente**. 16 set. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 21 jun. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, c2023a. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 21 nov. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, c2023b. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. Educação de Qualidade**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em: 21 nov. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, c2023c. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10. Redução das desigualdades**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/10>. Acesso em: 21 nov. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, c2023d. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>. Acesso em: 21 nov. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, c2023e. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/9>. Acesso em: 21 nov. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, c2023f. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5. Igualdade de Gênero.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 21 nov. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, c2023g. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>. Acesso em: 21 nov. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, c2023h. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17. Parcerias e meios de implementação.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/17>. Acesso em: 21 nov. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, c2023i. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3. Saúde e Bem-Estar.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Acesso em: 21 nov. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, c2023j. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1. Erradicação da Pobreza.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/1>. Acesso em: 21 nov. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, c2023k. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12. Consumo e Produção Responsáveis.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/12>. Acesso em: 21 nov. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, c2023l. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 21 nov. 2023.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de C. (Orgs.). **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito.** 2 ed. Brasília: Ed. IBAMA, 2002.

NURDIANA, J. Circular sustainability in university system: the identification, **Journal Teknologi Lingkungan**, [S. l.], v. 1 n. 1, p. 1-8, jun. 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. **Guia da Faculdade 2023.** 28 out. 2023. Disponível em: https://publicacoes.estadao.com.br/guia-da-faculdade/guia-da-faculdade_online.pdf. Acesso em: 05 nov. 2023.

OTERO, G. G. P. **Gestão ambiental em instituições de ensino superior: práticas dos campi da Universidade de São Paulo.** 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.iee.usp.br/sites/default/files/anexospublicacao/Teses/2010-01-01%2000:00:00/OTERO_2010_compressed.pdf. Acesso em: 23 ago. 2023.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2020-2024. **Deliberação do Conselho Universitário (CONSUN) Nº 02/2021.** Atualização 2022-2023 aprovada *ad referendum* na reunião ordinária do Conselho Universitário (CONSUN) realizada em 07 de junho de 2023. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo: 07 de junho de 2023.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, [s. d.]. **Portal de Revistas Eletrônicas da PUC-SP**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br>. Acesso em: 27 ago. 2023.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 2023a. **Sobre a Universidade**. Disponível em: <https://www.pucsp.br/universidade/sobre-universidade>. Acesso em: 21 jun. 2023.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 2023b. **ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://www.pucsp.br/ods>. Acesso em: 27 ago. 2023.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 2023c. **Cursos de Extensão**. Disponível em: <https://www.pucsp.br/pos-graduacao/especializacao-e-mba/extensao>. Acesso em: 9 nov. 2023.

PORTAL DE REVISTAS DA PUC-SP, [s. d.]. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Human Development Report 2003**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

QUACQUARELLI SYMONDS, 2023. **QS World University Rankings 2023: Top global universities**. Discover the world's top universities. Explore the QS World University Rankings® 2023 based on 8 key ranking indicators. Disponível em: https://www.topuniversities.com/world-university-rankings/2023?tab=indicators®ion=Latin%20America&countries=br&sort_by=rank&order_by=asc. Acesso em: 17 nov. 2023.

QUACQUARELLI SYMONDS, 2024. **QS World University Rankings 2024: Top global universities**. The 20th edition of the QS World University Rankings features 1,500 institutions across 104 locations and is the only ranking of its kind to emphasise employability and sustainability. Disponível em: https://www.topuniversities.com/world-university-rankings?tab=indicators®ion=Latin%20America&countries=br&sort_by=rank&order_by=asc. Acesso em: 17 nov. 2023.

REGIMENTO GERAL DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. São Paulo: 14 de setembro de 2020. Disponível em: https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/regimento_geral.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

REPOSITÓRIO CIENTÍFICO DE ACESSO ABERTO DE PORTUGAL, [s. d.]. **Revista Eletrônica de Biologia**. Disponível em: <https://diretorio.rcaap.pt/xmlui/handle/1/70>. Acesso em: 10 nov. 2023.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A Ordem Ambiental Internacional**. São Paulo, Ed. Contexto, 2001.

RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. **Estudos avançados**, [S. l.], v. 24, n. 68, p. 69–80, 2010.

ROHRICH, S. S.; TAKAHASHI, A. R. W. Sustentabilidade ambiental em Instituições de Ensino Superior, um estudo bibliométrico sobre as publicações nacionais. **Gestão & Produção**, [S. l.], v. 26, n. 2, e2861, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-530X2861-19>. Acesso em: 05 mai. 2023.

SDG Mapper, 2023a. **Estatuto Mapping**. ID 9703.

SDG Mapper, 2023b. **Regimento Geral Mapping**. ID 9704.

SDG Mapper, 2023c. **PDI 2020-2024 Mapping**. ID 9211.

SENADO FEDERAL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 1 ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

SKLAIR, Leslie. The corporate capture of sustainable development and its transformation into a ‘good Anthropocene’ historical bloc. **Civitas**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 296-314, mai-ago. 2019.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014: Documento Final do Esquema Internacional de Implementação**. Brasília: UNESCO, 2005. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139937_por. Acesso em: 21 jun. 2023.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação**. Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115>. Acesso em: 12 out. 2023.

VARGAS, L., MAC-LEAN, C.; HUGE, J. The maturation process of incorporating sustainability in universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 441-451, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-01-2019-0043>. Acesso em: 21 jun. 2023.

VELAZQUEZ, L. *et al.* Sustainability university: what can be the matter?. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], v. 14, n. 9–11, p. 810–819, fev. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.12.008>. Acesso em: 8 mar. 2023.

APÊNDICE A – Entrevista com Claudia Mac-Lean

Stella Pontes: The first question was that, well, you've already read it now, but I really like the fact that you and the co-authors started connecting the global issues of sustainability to look local issues that the University has faced. So, you basically asked how can higher education institutions embrace, interpret and operate the notion of sustainable development, which is appropriated in different ways by different actors and insert them in their teaching, research, operations and outreach. So, talking about all of these aspects, do you believe there's a hierarchy between them or do you think that teaching and research for example is more important?

Claudia Mac-lean: I think that's a really important question and I would say they are all equally important because it would be actually saying that one part of what the University is more important than other parts, and actually our impact to society comes within these main dimensions. So, people would argue, for example, that operations is not so important and because Universities are small and compared to the industrial world worldwide, they are really not important. But some other people would say this is where – for example engineers – this is where we observe how things work and if we learn that we have, for example, energies on campus, then when we are at work it would be a lot more normal to have that kind of technology at work or in your house as well. So, it has other kind of implications. So, I would say that they're all equally important because also they relate to each other. When you do an operational project for example, if you do geothermal energy at your campus, then you'll probably be researching and investigating the performance and many, many aspects of it. And then you would also be doing a lot of outreach and trying to reach the community to communicate and to tell them what the project is about, and sometimes that helps in teaching because professors bring their students to these infrastructures. So, I would say they are all equally important and because they are interrelated.

Stella Pontes: Yes. Excellent. I agree. Talking about the article of maturation process of incorporating sustainability in higher education institutions I thought it was very interesting that the whole process at the University of Chile started with the Oikos initiative of the student group aimed at recycling on campus. So, thinking about that, how important do you believe students' initiatives are to the incorporation of sustainability by universities?

Claudia Mac-lean: I think it depends on the context and on the country. I would say it's very different to think about student initiatives in China, Japan, Russia, the UK, Brazil or Chile. That's the first thing. And we all know that sustainability is highly context-specific, so the same thing applies in this aspect, I would say. But even in Chile, in our culture and our history, I would say – and some authors have also claimed the same for other countries – that a top-down and a bottom-up approach is ideal. And I think that's really smart to think that way. In Chile we have a culture where people are really important and people are becoming more and more important every time. And they're becoming more empowered. And I think that's really positive because then they learn in that process. When you want to do things, right? You study and you learn. So, it means that civil society is becoming more aware. And so... that's really necessary. But if you don't have the support... And in Chile it means, if we see, like, our political system, presidential system, and also how companies work – top-down measures are very effective. And if we think about, say, budget or support for different initiatives, just can't have that if you don't have the support from the authorities. So, some people argue that if you want to start a sustainability movement what you would need to have is at least an implicit support from the authorities. So I would say it depends on the country a lot. If you look at Chile and probably many other places, top-down and bottom-up approach altogether is ideal. So, in that sense it can come from students and sometimes professors or even not academics, but you need what we call the sustainability champions. So, you need your champions to be in these movements and in this time it was a student [movement]. And maybe it's not something that you would say it's obvious but maybe something that you can expect. Because the new generations are becoming more aware than the old generations. So maybe it's something that we could expect. And then in the process some other stakeholders start to join. I guess that would be my answer.

Stella Pontes: And also thinking about the sustainable development goals, right? Because that was something that didn't exist in the older... Well, it didn't exist as a whole, as they are now. The principles did, were thought by the authorities, but not like it is today.

Claudia Mac-lean: It was... I think the Decade...

Stella Pontes: I think the millennium goals?

Claudia Mac-lean: The decade for...

Stella Pontes: Sustainable education.

Claudia Mac-lean: Yes, something like this. Yes. It was another framework.

Stella Pontes: And curiously you kind of answered my next question, which was thinking about bottom-up approach and top-down approach because [...] engagement by students and professors and staff are all important, but if you don't have a support from the authorities or from the institution, they're not as effective.

Claudia Mac-lean: Exactly. It's hard to scale them up. You could have your own initiatives, like, students. By I've seen some case studies within South America, Latin America [where] they can actually grow when they find alliances. So, students can be successful like this story because they found allies. You need those allies within the institution to grow. If not, students cannot reach, you know, like, the institutionalization stages, if students don't get these allies or other stakeholders.

Stella Pontes: Yes. I think I'm gonna aprovechar your answer to ask, then [about] my university. Researching its statute and rules that the campus needs to follow, I realized that it is still at the stage of emergence, because there are sustainability entrepreneurs, like me, like my teachers, emerging. People who want to change the institution's inertia towards sustainability, but it's still very incipient. In that way, how do you believe we – the sustainability champions – can gain the institutional support needed to change the University? For example, seeking synergies with the private sector [...]. How do we seek these kinds of allies?

Claudia Mac-lean: I would say, one first thing that could easily be done with the sustainability champions is establishing mechanisms, formal mechanisms to install sustainability. For example, I'm a professor and I'm gonna have two students who are working on sustainability. Then you engage the professor, and you engage the students. Or, I don't know, in the things you are doing, try to make them formal mechanisms within the University. Not only things that I do because I love to do them after 6 PM. No. Try to find rewarding mechanisms. For example, at the University of Chile we had a lot of students who worked with us, and we paid them a reasonable amount of money to be a student, right? And that was a formal mechanism. And it

meant that maybe I had ten students who would be working with me doing different things. So just try to establish mechanisms that can help you grow. And also make things formal.

And the other one – and this is a conclusion I’ve reached over the past ten years and then maybe near eight, I realized, or near six – that one of the main things that you need to do is gain political support. So you need the authorities to use sustainability as an asset for them or to find a benefit somehow. Maybe a[n] economic benefit. Because of energy efficiency. That’s one way. Reputation also, I think it’s really important. So, for them, when you keep your making your project their project then you have one. When you say you wanna have an energy policy because Brazil is doing an energy policy agenda strategic for your turning forties. So, we’re doing the same for our University and then the authorities say “Hey that’s interesting”. So, we’re aligned with national public policies. Or if you show up in a really important ranking. So just try to find a way to make sustainability an asset for them so they can see an opportunity, and then they will help.

Stella Pontes: Yes. Well, I asked about the private sector because PUC-SP is a private University so it doesn't have such a close relation to the government in this sense, in comparison to other public universities, because it’s private, so that might change the relation of trying to gain visibility, trying to gain support from the authorities.

Claudia Mac-lean: So, we can go to another example. We needed a solar plant there, of 15kW, it’s a small one, but it had the solar panels which were semitransparent. So, when you look up they were like 2 or 3 meters high, like in a terrace, then you could see the sky. They actually thought about making that entire building with solar cells. They couldn’t because of the money, so in the end they cut it. Well, we did in a terrace, so at least, you know... And to make that happen we worked with a small company of German people, but a big solar company gave us a donation. They gave us a lot of money because those panels were kind of expensive, very expensive compared to conventional technology. So, if you are a private University then maybe you should be aiming at [...] relevant actors within the industry that you could reach and do projects with. And sometimes a way to approach them is alumni.

In this case that we had, the person of the big company, the CEO, was an alumni of our university. So, try to [...] look at your alumni network. And what we created also was a sustainability alumni network so we could map and see all the people who are working in sustainability now and know each other, so we could know each other. And then I came here

[Universidad de Magallanes], so we didn't continue with that. But, for example, that's really interesting cause if you see, like, he's the CEO of this, maybe we could do whatever, we could change all the lighting of the building, and then create this initiative.

Stella Pontes: Wow. That's a very nice example. I think my previous question you have approached it a bit because you talked about the bottom-up approach, so I was gonna ask if you believe that a bottom-up approach is more effective to create a culture of sustainability on campus, but...

Claudia Mac-lean: I would say you need both. Cause you have the deans who can decide what you're gonna teach in different courses. Because we want to embed sustainability in all the courses, right? But for that we need to have all the decision makers involved. And those kind[s] of things are just top-down. [...] For me, that's really the answer. If you didn't have that people supporting you or if you don't have sustainability champions involved in those commissions then it's never gonna happen. So, yes, to me a sustainability culture means to get everyone involved.

Stella Pontes: Yes. Thank you. I think my last question is, well, you have a master's degree in engineering for sustainable development and you have worked at the engineering faculty of the University of Chile implementing an office for engineering for sustainable development, so, having that background, what do you think is the special contribution of engineering in the incorporation of sustainability by Universities?

Claudia Mac-lean: Okay, that's a more difficult question. But I think engineers shape the world. So, if you are sitting in a chair, there was probably an engineer involved in that chair. If you're looking throughout the window, there was probably an engineer involved in making that window. So, if you have heating here [at the University], there were probably engineers involved in that. So, I wouldn't say they are more important than Social Sciences or whatever, because I don't think that is the case, but we make things happen. And how someone decides the next generation of cellphones should be, how the next generation of cars should be. How energy should be transmitted from where to where. In all of these spheres, engineers are most likely to be involved. So that's why we need them. To be thinking about, how they say, people, planet and [profit], we need to have engineers thinking about all those social, economic and

environmental aspects all the time. Because that is the only way that the world we see, the world we live in, can be decided differently. That deciding comes from the mind. And that's the mindset that we need to change.

Stella Pontes: And it is very interesting to think, like you said, the economical aspect, the social aspect and the environmental aspect because we can also think about the different divisions between courses, right? So, the humanities and social sciences would have a bigger contribution, for example, in education and research and then engineering would have a bigger contribution in the implementation, the operational part of campus, like thinking in energy and conservation of water and things like that, right?

Claudia Mac-lean: Yes.

Stella Pontes: Interesting. And then the economical, finance and business students would have a bigger contribution in thinking about the budget of the sustainability projects, right? So we can all contribute.

Claudia Mac-lean: Yes, engineers are in the world we live, the world we see, the world we touch. They're there. So, we need, if you think about circular economy, how can we make phones circular or chairs circular? These are such difficult challenges and, really, you need engineers. They're very important because, as they say, it's the material world that they're working [on] and it's in the material world where we're having many difficulties. Sustainability difficulties. We are also having many [in] health and many different aspects, but, yes, the material world is definitely an important one and that's where I think engineers have a lot to say.

APÊNDICE B – Quadro 1

Quadro 1 – Cursos de extensão relacionados à sustentabilidade

Dimensão da sustentabilidade	Cursos de extensão
Setor público	Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente no Estado Brasileiro
	Governança e Gestão Formal Socioambiental
Setor privado	Direito e ESG: Governança Corporativa e Compliance Socioambiental
	ESG e Impacto Social das Práticas Corporativas
	ESG: estratégias, competências e práticas
	Responsabilidade Socioambiental e Investimento Social
Setor público/ Uso energético	Sustentabilidade e Negócios: cadeia de valor ESG, atração de investimentos verdes, regulação e tendências globais
	Descarbonização na Agenda Pública Brasileira: ambiente, energia e vulnerabilidade climática
Uso energético	Energias Renováveis: tecnologias, aplicações e aspectos regulatórios
	Mudanças Climáticas e Transição Energética
Cultural	Gestão para a Sustentabilidade em Museus

Fonte: Elaboração própria a partir do site institucional da PUC-SP (2023c).

APÊNDICE C – Quadro 3

Quadro 3 – A incorporação da sustentabilidade pela PUC-SP

Eixos de incorporação da sustentabilidade	Iniciativas
Ensino	Oferta de 1 curso de graduação (Ciências Socioambientais); Inclusão de temas transversais relacionados à Educação Ambiental em cursos da graduação; Oferta de 1 curso de especialização (Direito Ambiental e Gestão Estratégica da Sustentabilidade); Promoção de minicursos e seminários pelo Programa de Pós-Graduação em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais (GGFPI).
Produção de pesquisas	1 periódico ativo: Revista de Inovação e Sustentabilidade.
Extensão à comunidade	Oferta de 11 cursos de extensão; Realização de cursos e oficina temática promovidos pelo Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC).
Vivência nos <i>campi</i>	Substituição de copos descartáveis por copos recicláveis; Coleta seletiva de lixo promovida por projeto de extensão do curso de Administração do campus Perdizes.
Planejamento institucional	Busca por definição de estratégia para aplicação de abordagens interdisciplinares de incentivo a uma cultura institucional de sustentabilidade; Pretensão de criação do Plano de Sustentabilidade e Meio Ambiente para todos os <i>campi</i> da PUC-SP.
Alcance internacional	Compartilhamento de boas práticas institucionais para Justiça Ambiental a partir da participação no primeiro ciclo (2022-2023) do Consórcio das Universidades Católicas (CCU).

Fonte: Elaboração própria.